

Weber (1) complementar 1A

C

26

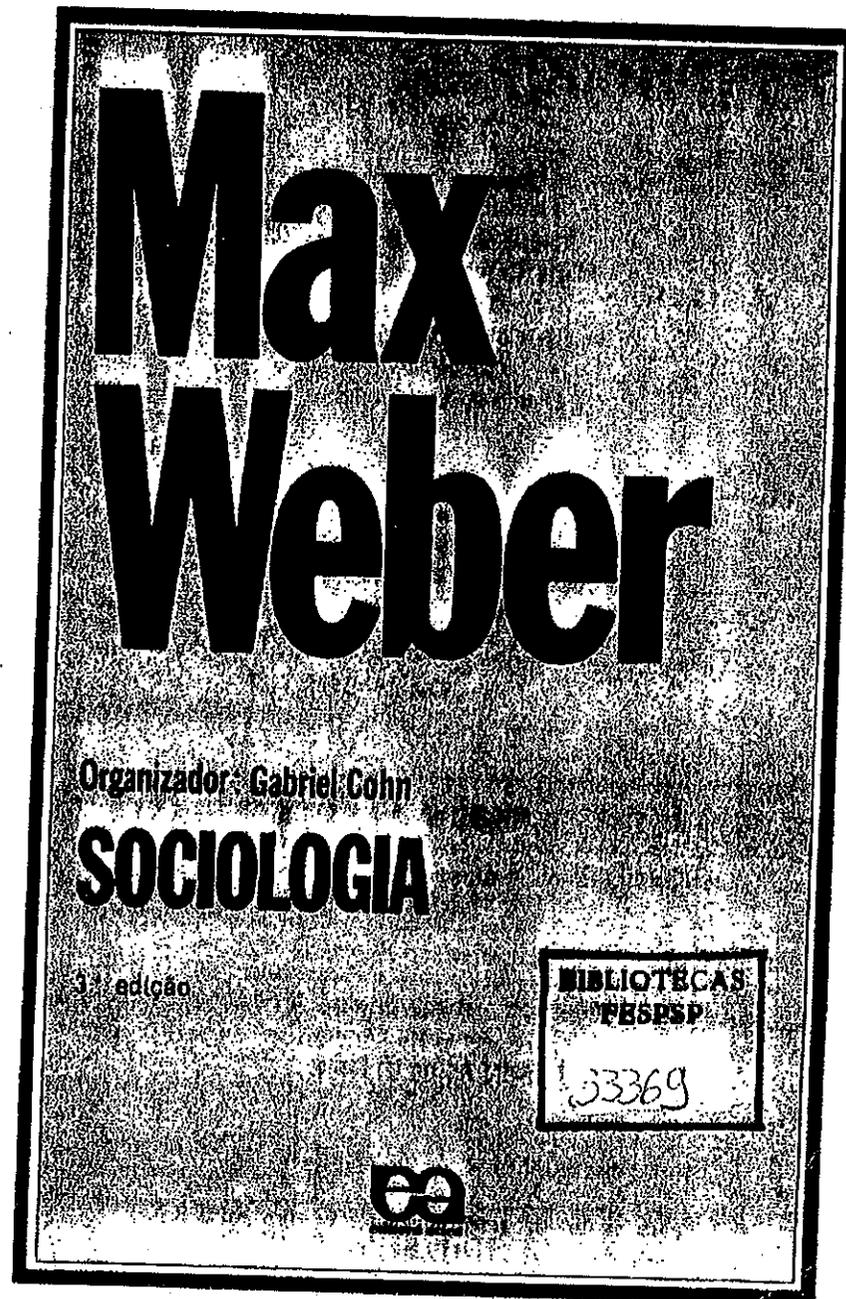
NOME PROF.º Marta

COD/M (2) PASTA 6

78 a 127

3,12

Sociologia / Política 1.º ano



Fato básico da família e  
socio-econômica  
F. sócio-econômica e o objetivo  
Objeto da C.S.

### 3. A "OBJETIVIDADE" DO CONHECIMENTO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS \*

A revista [Arquivo para a Ciência Social e Política Social] sempre tratou todos os objetos de suas análises como de natureza sócio-econômica. Embora não seja esse o momento para dedicar-se a determinações de conceitos e delimitações de ciências, impõe-se um esclarecimento sumário acerca do sentido disso.

Todos aqueles fenômenos que, no sentido mais amplo, designamos por "socio-econômicos" vinculam-se ao fato básico de que a nossa existência física, assim como a satisfação das nossas necessidades mais ideais, defrontam-se por todos os lados com a limitação quantitativa e a insuficiência qualitativa dos meios externos, que demandam a previsão planejada e o trabalho, a luta com a natureza e a associação com homens) [Por sua vez, o caráter de fenômeno "socio-econômico" de um evento não é algo que lhe seja "objetivamente" inerente. Pelo contrário, ele está condicionado pela orientação do nosso interesse de conhecimento, e essa orientação define-se conforme o significado cultural que atribuímos ao evento em questão em cada caso particular. Sempre que um evento da vida cultural vincula-se direta ou indiretamente àquele fato básico, através daqueles elementos da sua especificidade nos quais repousa para nós o seu significado próprio, ele contém ou pelo menos pode conter, conforme o caso, um problema de ciência social; (ou seja, envolve uma tarefa para uma disciplina que toma por objeto a pesquisa do alcance do fato básico apontado acima)]

[Entre os problemas econômico-sociais podemos estabelecer distinções. Temos eventos e complexos deles, normas, instituições etc., cujo

\* Reproduzido de WEBER, M. "Die 'Objektivität' Sozialwissenschaftlicher und Sozialpolitischer Erkenntnis." In: *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*, 4. ed., organizada e revista por Johannes Winkelmann. Tübingen, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1973. p. 161-214. Não foi incluída a seção introdutória do ensaio (p. 146-61). Trad. por Gabriel Cohn.

condicionante da economia

multifunção da vida econômica

significado cultural para nós repousa basicamente no seu aspecto econômico. Por exemplo, acontecimentos da vida bancária e da bolsa, que desde logo nos interessam essencialmente sob esse ponto de vista. Em regra, mas não exclusivamente, isso sucede quando se trata de instituições que foram criadas ou são utilizadas conscientemente para fins econômicos. Esses objetos do nosso conhecimento podem ser chamados, em sentido estrito, de eventos ou instituições "econômicas".

A isso somam-se outros, como, por exemplo, acontecimentos da vida religiosa, que não nos interessam, ou por certo não o fazem primordialmente, do ângulo do seu significado econômico e em nome dele, mas que em determinadas circunstâncias podem adquirir um significado econômico sob esse ponto de vista, dado que deles resultam determinados efeitos que nos interessam sob uma perspectiva econômica. São fenômenos "economicamente relevantes".

E, finalmente, entre os fenômenos que não são "econômicos" neste nosso sentido, encontram-se alguns cujos efeitos econômicos pouco ou nenhum interesse oferecem para nós, como, por exemplo, a orientação do gosto artístico de uma dada época. No entanto, tais fenômenos mostram em determinados aspectos significativos do seu caráter uma influência, mais ou menos intensa, de motivos econômicos; no nosso caso, talvez, pela composição social do público interessado pela arte. São fenômenos economicamente condicionados.

Assim, por exemplo, o complexo de relações humanas, normas e condições normativamente determinadas que designamos por "Estado" é um fenômeno "econômico" no que se refere às finanças públicas. Na medida em que intervêm na vida econômica por vias legislativas, ou de qualquer outro modo (mesmo nos casos em que o seu comportamento é determinado conscientemente por pontos de vista completamente diferentes dos econômicos), é "economicamente relevante". Finalmente, na medida em que a sua conduta e o seu caráter são determinados por motivos econômicos, também em outras relações que não as "econômicas", é "economicamente condicionado".

Compreende-se, diante disso, que, por um lado, o âmbito das manifestações econômicas é fluido e não pode ser delimitado com rigor e, por outro, que os aspectos "econômicos" de um fenômeno nem são apenas "economicamente condicionados" nem apenas "economicamente eficazes" e que um fenômeno só conserva a sua qualidade de "econômico" na estrita medida em que o nosso interesse está exclusivamente centrado no seu significado para a luta material pela existência.

Existe abstração no pensamento econômico  
Interessa na que se relaciona e tem em vista a vida econômica e que faz com

A nossa revista, tal como a ciência econômico-social a partir de Marx e Roscher, não se ocupa apenas dos fenômenos "econômicos", mas também dos "economicamente relevantes" e "economicamente condicionados". Naturalmente, o âmbito desses objetos — que varia conforme a orientação do nosso interesse em cada caso — abrange a totalidade dos eventos culturais.

Os motivos especificamente econômicos — isto é, aqueles que, pelas suas particularidades significativas para nós estão ligados a esse fato básico — atuam sempre onde a satisfação de uma necessidade, por mais imaterial que seja, envolve a utilização de meios externos limitados. O seu ímpeto contribui assim, em todo lugar, para determinar e transformar não só a forma da satisfação como também o conteúdo das necessidades culturais, mesmo as de tipo mais íntimo.

A influência indireta das relações sociais, instituições e agrupamentos humanos, submetidos à pressão de interesses "materiais", estende-se (muitas vezes de modo inconsciente) por todos os domínios da cultura, sem exceção mesmo dos mais delicados matizes do sentimento estético e religioso. Tanto os acontecimentos da vida quotidiana como os fenômenos "históricos" de alta política, tanto os fenômenos coletivos ou de massa como as ações "individuais" dos estadistas ou as realizações literárias e artísticas, sofrem a sua influência: são "economicamente condicionados".

O papel da influência da cultura no desenvolvimento econômico

Por outro lado, o conjunto de todos os fenômenos e condições de existência de uma cultura historicamente dada influi sobre a configuração das necessidades materiais, sobre o modo de satisfazê-las, sobre a formação dos grupos de interesses materiais e sobre a natureza dos seus meios de poder, e, por essa via, sobre a natureza do curso do "desenvolvimento econômico", tornando-se assim "economicamente relevante".

\* A GIGANTESCA

Na medida em que a nossa ciência, pela regressão causal atribui causas individuais — de caráter econômico ou não — a fenômenos culturais econômicos, ela busca um conhecimento "histórico". Na medida em que persegue um elemento específico dos fenômenos culturais — neste caso o elemento econômico — através dos mais variados complexos culturais, no intuito de discernir o seu significado cultural, ela busca uma interpretação histórica sob um ponto de vista específico. Oferece assim uma imagem parcial, um trabalho preliminar para o conhecimento histórico completo da cultura.

Embora nem sempre que ocorra uma intervenção de elementos econômicos, sob a forma de causa ou de efeitos, defrontemo-nos com

um problema econômico-social — pois este apenas se produz onde o significado de tais fatores é problemático e só pode comprovar-se mediante a aplicação dos métodos da ciência econômico-social — o alcance do domínio de trabalho do modo de consideração sócio-econômico não deixa de ser quase ilimitado.

Com deliberada autolimitação a nossa revista sempre renunciou ao cultivo de uma série de domínios específicos muito importantes da nossa disciplina, tais como a Economia Descritiva, a História da Economia em sentido estrito e a Estatística. Do mesmo modo, deixou para outros órgãos o estudo dos problemas técnico-financeiros e técnico-econômicos da formação do mercado e dos preços, na moderna economia de troca. A revista tem mantido como campo de trabalho o significado atual e o desenvolvimento histórico de determinadas constelações de interesses e de conflitos, nascidos na economia dos modernos países civilizados, com base no papel preponderante que o capital neles desempenhou, em sua busca de valorização. Nisso ela não se limitou aos problemas práticos e do desenvolvimento histórico da chamada "questão social" em sentido estrito, tais como as relações entre a moderna classe dos assalariados e a ordem social existente.

É claro que o estudo científico aprofundado do crescente interesse que este problema teve no nosso país no decorrer da década de 1880 constituiu forçosamente uma das suas tarefas essenciais. No entanto, à medida que o estudo prático das condições operárias se converteu, também entre nós, em objeto constante da legislação e da discussão pública, o centro de gravidade do trabalho científico foi obrigado a deslocar-se no sentido do estabelecimento das relações mais universais de que estes problemas fazem parte. Assim, teve que desembocar na tarefa de analisar todos os problemas culturais modernos criados pela natureza particular dos fundamentos econômicos da nossa cultura e portanto dela específicos.

Deste modo, a revista logo preocupou-se com as mais diversas condições de vida em parte "economicamente relevantes" e em parte "economicamente condicionadas" das demais grandes classes das modernas nações civilizadas, assim como em examinar, sob um ponto de vista histórico, estatístico e teórico, as relações entre elas.

Assim, apenas deduzimos as conseqüências desta atitude quando afirmamos que o campo de trabalho característico da nossa revista é a pesquisa científica do significado cultural geral da estrutura sócio-

Objeto da revista

Jdl-

do campo de trabalho da revista

-econômica da vida social humana e das suas formas de organização históricas/

É precisamente isto, e não qualquer outra coisa, o que pretendemos dizer ao intitular a nossa revista Arquivo para a Ciência Social. Este termo abrange aqui o estudo histórico e teórico dos mesmos problemas cuja solução prática constitui o objeto da "política social", no sentido mais lato da palavra. Fazemos uso nisso do direito de utilizar a expressão "social" no significado determinado pelos problemas concretos da atualidade. Quando se dá o nome de "ciências da cultura" às disciplinas que estudam os acontecimentos da vida humana a partir da sua significação cultural, então a "ciência social", tal como nós a entendemos aqui, pertence a esta categoria. Em breve veremos que conseqüências de princípio daí decorrem.

Título da revista

\*  
Ampliando o ponto de vista econômico para a vida social em geral

Não há dúvida que sublinhar o aspecto econômico-social da vida cultural constitui uma delimitação muito sensível dos nossos temas. Objetar-se-á que o ponto de vista econômico ou, como se diz de modo impreciso, "materialista" a partir do qual consideramos a vida cultural revela-se "parcial". Certamente, e essa parcialidade é intencional. A crença em que a tarefa do trabalho científico consiste em curar esta parcialidade da perspectiva econômica mediante a sua ampliação até uma ciência geral do social sofre desde logo do defeito de que o ponto de vista do "social" — isto é, o das relações entre os homens — somente possui uma exatidão suficiente para delimitar problemas científicos quando provido de algum predicado especial que determine o seu conteúdo. Do contrário, considerado como objeto de uma ciência, abrangeria naturalmente tanto a Filologia como a História da Igreja, e em especial todas as disciplinas que se ocupam do mais importante elemento constitutivo de qualquer vida cultural — o Estado — e da mais importante forma de regulamentação normativa — o Direito.

Assim como o fato de a economia social se ocupar dos fenômenos da vida ou dos fenômenos num corpo celeste não obrigam a considerá-la como parte da Biologia ou de uma futura Astronomia aperfeiçoada, também a circunstância de tratar de relações "sociais" não constitui razão para ser considerada como precedente necessário de uma "ciência social geral".

O domínio do trabalho científico não tem por base as conexões "objetivas" entre as "coisas" mas as conexões conceituais entre os problemas. Só quando se estuda um novo problema com o auxílio de um

Assim como o fato de a economia social se ocupar dos fenômenos da vida ou dos fenômenos num corpo celeste não obrigam a considerá-la como parte da Biologia ou de uma futura Astronomia aperfeiçoada, também a circunstância de tratar de relações "sociais" não constitui razão para ser considerada como precedente necessário de uma "ciência social geral".

A

opção de trabalho da revista

método novo e se descobrem verdades que abrem novas e importantes perspectivas. é que nasce uma nova "ciência"

Não é por casualidade que o conceito de "social", que parece ter sentido muito geral, adquire, logo que o seu emprego é submetido a um controle, um significado muito particular e específico, embora geralmente indefinido. O que nele há de "geral" deve-se, com efeito, à sua indeterminação. Porque se é encarado no seu significado geral, não oferece qualquer ponto de vista específico a partir do qual se possa iluminar a significação de determinados elementos culturais.

Libertos do preconceito obsoleto de que a totalidade dos fenômenos culturais poderia ser deduzida como produto ou como função de determinadas constelações de interesses "materiais" cremos no entanto que a análise dos fenômenos sociais e dos eventos culturais sob a perspectiva especial do seu condicionamento e alcance econômico foi um princípio científico de fecundidade criadora, e continuará a sê-lo enquanto dele se fizer um uso prudente e livre de inibições dogmáticas. Quanto à chamada "concepção materialista da História", é preciso repeli-la com a maior firmeza enquanto "concepção do mundo" ou quando encarada como denominador comum da explicação causal da realidade histórica — já o cultivo de uma interpretação econômica da História é um dos fins essenciais da nossa revista. Isso exige uma explicação mais concreta.

Atualmente, a chamada "concepção materialista da História", segundo, por exemplo, o antigo sentido genial-primitivo do Manifesto Comunista, talvez apenas subsista nas mentes de leigos ou diletantes. Entre esses, com efeito, encontra-se ainda muito difundido o singular fenômeno de que a sua necessidade de explicação causal de um fenômeno histórico não fica satisfeita, enquanto não se demonstre (mesmo que só na aparência) a intervenção de causas econômicas. Feito isso, eles passam a contentar-se com as hipóteses mais frágeis e as formulações mais genéricas, pois já se deu satisfação à sua necessidade dogmática segundo a qual as "forças" econômicas são as únicas causas "autênticas", "verdadeiras" e "sempre determinantes em última instância". Este fenômeno nada tem de extraordinário. Quase todas as ciências, desde a Filologia até a Biologia, mostraram, numa ocasião ou noutra, a pretensão de produzir não só os seus conhecimentos específicos, como até "concepções do mundo". E, sob o impulso produzido pela enorme significação cultural das modernas transformações econômicas, e principalmente pelo transcendente alcance da "questão operária", não é de estranhar que também viesse desembocar neste

caminho a inextirpável tendência monista de todo o conhecimento retratário à autocrítica.

Hoje, no momento em que as nações se enfrentam, com hostilidade crescente numa luta política e econômica pelo domínio do mundo, a citada tendência redunda em proveito da Antropologia. É hoje opinião corrente que, "em última análise", o decurso histórico não seria mais que a resultante da rivalidade de "qualidades raciais" inatas. A mera descrição acrítica das "características de um povo" foi substituída pela montagem, menos crítica ainda, de "teorias da sociedade" supostamente baseadas nas "ciências da natureza".

Na nossa revista, seguiremos de muito perto o desenvolvimento da investigação antropológica, sempre que se revele importante para os nossos pontos de vista. E de esperar-se que a situação em que tomar a "raça" como elo final da cadeia causal meramente documentava o nosso não-saber — como ocorreu, de modo semelhante, em relação ao "ambiente" ou, anteriormente, às "circunstâncias da época" —, possa vir a ser lentamente superada através de um trabalho metodologicamente fundamentado. Se até este momento houve alguma coisa que tenha prejudicado esta investigação, trata-se da idéia de diletantes zelosos, de que poderiam fornecer ao conhecimento de cultura algo de especificamente diferente e mais importante que o simples alargamento da possibilidade de uma atribuição segura dos acontecimentos culturais concretos e individuais da realidade histórica a certas causas concretas, historicamente dadas, mediante a obtenção de um material de observação exato com perspectivas específicas. É apenas na medida em que [a Antropologia] possa proporcionar-nos conhecimentos deste tipo que os seus resultados serão suscetíveis de interesse e que a "biologia racial" adquirirá uma importância superior à de um mero produto da moderna febre de instaurar ciências.

Algo de semelhante sucede com a importância da interpretação econômica do histórico. Se hoje em dia — após um período de desmedida supervalorização — quase existe o perigo de se subestimar a sua capacidade científica, isso não é mais que a consequência da inaudita ausência de espírito crítico relativamente à interpretação econômica da realidade concebida como método "universal", no sentido de uma dedução de conjunto dos fenômenos culturais — isto é, de tudo o que para nós é essencial neles — a partir de condições que em última instância seriam econômicas. Hoje em dia, a forma lógica sob a qual se apresenta esta interpretação não é perfeitamente homogênea. Quando a explicação puramente econômica depara com dificuldades, dispõe de vários meios

para manter a sua validade geral como fator causal decisivo. Isto é, trata tudo aquilo que na realidade histórica não pode ser deduzido a partir de motivos econômicos como algo que, por isso mesmo, seria "acidental" e cientificamente insignificante. Ou então, amplia o conceito de economia até o desfigurar, de modo a que nele encontram lugar todos aqueles interesses humanos que, de uma maneira ou de outra, se ligam a meios externos. No caso de existir a prova histórica de que, face a duas situações idênticas sob o ponto de vista econômico, houve reações diferentes — em consequência de diferenças nas determinantes políticas, religiosas, climáticas ou quaisquer outras não econômicas —, todos estes fatores são então rebaixados ao nível de "condições" historicamente acidentais, sob as quais os motivos econômicos atuam como "causas", tendo em vista preservar a supremacia do econômico.

É de entender-se, contudo, que todos esses aspectos "casuais" para a perspectiva econômica seguem as suas próprias leis, no mesmo sentido em que o fazem os aspectos econômicos, e que, para uma abordagem que persegue o seu significado específico, as respectivas "condições" econômicas são tão "historicamente acidentais" quanto na recíproca.

Finalmente, uma tentativa muito comum para manter apesar de tudo o significado preponderante da economia consiste em interpretar as constantes cooperações e interações dos diferentes elementos da vida cultural como dependendo causal ou funcionalmente uns dos outros, ou melhor ainda, de um único elemento: o econômico. Deste modo, quando uma determinada instituição não econômica realizou também, historicamente, uma determinada "função" ao serviço de quaisquer interesses econômicos de classe — isto é, quando se converteu em instrumento desta, como no caso de determinadas instituições religiosas, que se deixam utilizar como "polícia negra" —, essa instituição é apresentada como expressamente criada para tal função, ou, em sentido completamente metafísico, como tendo sido moldada por uma "tendência de desenvolvimento" de caráter econômico.

Atualmente, um perito na matéria dispensará ser informado de que esta interpretação dos fins da análise econômica da civilização era resultante, em parte, de uma determinada conjuntura histórica que orientou o interesse científico para certos problemas culturais economicamente condicionados, e, em parte também, de um raivoso apego à especialidade científica e de que essa interpretação está hoje pelo menos envelhecida. Em nenhum domínio dos fenômenos culturais pode a redução unicamente a causas econômicas ser exaustiva, mesmo no caso específico dos fenômenos "econômicos".

Juliano → em 1902, positivista  
 A. Guise  
 explica a história da cultura em termos de causas econômicas

Em princípio, a história bancária de não importa que povo que apenas se valesse de motivos econômicos na sua explicação é naturalmente tão impossível como, por exemplo, a "explicação" da Madona da Capela Sistina a partir das bases sócio-econômicas da vida cultural da época da sua criação, e de modo algum é mais exaustiva que, por exemplo, a explicação que fizesse derivar o capitalismo de certas transformações dos conteúdos da consciência religiosa que contribuíssem para a gênese do espírito capitalista, ou ainda a que interpretasse qualquer configuração política a partir de determinados condicionamentos geográficos. Em todos estes casos, é decisivo para a determinação da importância a ser concedida aos condicionamentos econômicos a classe de causas que devemos atribuir àqueles elementos específicos do fenômeno em questão que consideramos significativos em cada caso particular.

O direito à análise unilateral da realidade cultural a partir de "perspectivas" específicas — no nosso caso a do seu condicionamento econômico — resulta desde logo, e em termos puramente metodológicos, da circunstância de que o treino da atenção para observar o efeito de determinadas categorias causais qualitativamente semelhantes, assim como a constante utilização do mesmo aparelho metodológico-conceitual, oferece todas as vantagens da divisão do trabalho. Ela não é arbitrária enquanto o seu êxito falar por ela, isto é, enquanto oferecer um conhecimento de relações que demonstrem ser valiosas para a atribuição de causas a determinados acontecimentos históricos concretos. Mas a "parcialidade" e irrealidade da interpretação puramente econômica apenas constituem um caso especial de um princípio de validade muito generalizada para o conhecimento científico da realidade cultural. Todas as subsequentes discussões terão como fim essencial esclarecer as bases lógicas e as consequências gerais de método do que fica exposto.

Amo de um  
 em história  
 tem a  
 sua  
 importância

→ Não existe qualquer análise científica puramente "objetiva" da vida cultural, ou — o que pode significar algo mais limitado, mas seguramente não essencialmente diverso, para nossos propósitos — dos "fenômenos sociais", que seja independente de determinadas perspectivas especiais e parciais, graças às quais estas manifestações possam ser, explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, selecionadas, analisadas e organizadas na exposição, enquanto objeto de pesquisa. Deve-se isso ao caráter particular do alvo do conhecimento de qualquer trabalho das ciências sociais que se proponha ir além de um estudo meramente formal das normas — legais ou convencionais — da convivência social.

→ todo...  
 tudo...  
 tudo...

A ciência social que nós pretendemos praticar é uma ciência da realidade. Procuramos compreender a realidade da vida que nos rodeia e na qual nos encontramos situados naquilo que tem de específico por um lado, as conexões e a significação cultural das suas diversas manifestações na sua configuração atual e, por outro, as causas pelas quais se desenvolveu historicamente assim e não de outro modo.

Ocorre que, tão logo tentamos tomar consciência do modo como se nos apresenta imediatamente a vida, verificamos que se nos manifesta, "dentro" e "fora" de nós, sob uma quase infinita diversidade de eventos que aparecem e desaparecem sucessiva e simultaneamente. E a absoluta infinidade dessa diversidade subsiste, sem qualquer atenuante do seu caráter intensivo, mesmo quando prestamos a nossa atenção, isoladamente, a um único "objeto" — por exemplo, uma transação concreta — e isso tão logo tentamos sequer descrever de forma exaustiva essa "singularidade" em todos os seus componentes individuais, e muito mais ainda quando tentamos captá-la naquilo que tem de causalmente determinado. Assim, todo o conhecimento reflexivo da realidade infinita realizado pelo espírito humano finito baseia-se na premissa tácita de que apenas um fragmento limitado dessa realidade poderá constituir de cada vez o objeto da compreensão científica, e de que só ele será "essencial" no sentido de "digno de ser conhecido".

É segundo que princípios se isola esse fragmento? Constantemente se acreditou poder encontrar o critério decisivo, também nas ciências da cultura, na repetição regular, "conforme leis", de determinadas conexões causais. Segundo esta concepção, o conteúdo das "leis" que somos capazes de reconhecer na inesgotável diversidade do curso dos fenômenos deverá ser o único fator considerado cientificamente "essencial". Tão logo tenhamos demonstrado a "regularidade" de uma conexão causal, seja mediante uma ampla indução histórica ou pelo estabelecimento para a experiência íntima da sua evidência imediatamente intuitiva, admite-se que todos os casos semelhantes — por muito numerosos que sejam — ficam subordinados à fórmula assim encontrada. Tudo aquilo que, na realidade individual, continue a resistir à seleção feita a partir desta "regularidade", ou é considerado como um remanescente ainda não elaborado cientificamente mas que, mediante aperfeiçoamentos contínuos, deverá ser integrado no sistema das "leis", ou é deixado de lado. Ou seja, é considerado "casual" e cientificamente secundário, precisamente porque se revela "ininteligível face às leis" e não se integra no processo "típico", de modo que se tornará objeto de uma "curiosidade ociosa".

Leis, regularidade da natureza

Em vista disso, e mesmo entre os representantes da escola histórica, reaparece constantemente a concepção de que o ideal para o qual tende ou pode tender todo o conhecimento, mesmo o das ciências da cultura — ainda que seja num futuro longínquo —, consistirá num sistema de proposições das quais seria possível "deduzir" a realidade. Sabe-se que um dos porta-vozes das ciências da natureza julgou mesmo poder caracterizar a meta ideal (praticamente inalcançável) dessa elaboração da realidade cultural como conhecimento "astronômico" dos fenômenos da vida. Por muito debatida que seja esta questão, não poupamos esforços para um exame mais detido do tema.

Em primeiro lugar, salta à vista que esse conhecimento "astronômico" em que se pensa no caso citado, não é de modo algum um conhecimento de leis, mas pelo contrário extrai de outras disciplinas, como a mecânica, as "leis" com as quais trabalha, à maneira de premissas. Quanto à própria Astronomia, interessa-lhe saber qual o efeito individual produzido pela ação dessas leis sobre uma constelação individual, dado que essas constelações têm importância para nós. Como é natural, toda a constelação individual que a Astronomia nos "explica" ou prediz só poderá ser causalmente explicável como uma consequência de outra constelação, igualmente individual, que a precede. E, por muito que recuemos na obscuridade do mais longínquo passado, a realidade para a qual tais leis são válidas permanece também individual e igualmente refratária a uma dedução a partir de leis.

Compreende-se que um "estado original" cósmico que não possuísse um caráter individual, ou que o tivesse em menor grau que a realidade cósmica atual, seria evidentemente um pensamento sem qualquer sentido. No entanto, não sobrevive na nossa especialidade um resto de representações semelhantes, quando se supõem "estados primitivos" sócio-econômicos sem qualquer "casualidade" histórica, quer inferidos do Direito natural, quer verificados mediante a observação dos "povos primitivos"? É o caso, por exemplo, do "comunismo agrário primitivo", da "promiscuidade sexual", etc., dos quais nasceria, mediante uma espécie de "queda pecaminosa" no concreto, o desenvolvimento histórico individual.

Não há qualquer dúvida de que o ponto de partida do interesse pelas ciências sociais reside na configuração real e portanto individual da vida sócio-cultural que nos rodeia, quando queremos apreendê-la no seu contexto universal, nem por isso menos individual, e no seu desenvolvimento a partir de outros estados sócio-culturais, naturalmente

individuais também.] Torna-se evidente que também nós nos encontramos perante a situação extrema que acabamos de expor no caso da Astronomia (e que os lógicos também utilizam regularmente), e até de um modo especificamente acentuado. Enquanto que no campo da Astronomia os corpos celestes apenas despertam o nosso interesse pelas suas relações quantitativas, suscetíveis de medições exatas, no campo das ciências sociais, pelo contrário, o que nos interessa é o aspecto qualitativo dos fatos. Devemos ainda acrescentar que, nas ciências sociais, se trata da intervenção de fenômenos espirituais, cuja "compreensão" por revivência constitui uma tarefa especificamente diferente da que poderiam, ou queriam, resolver as fórmulas do conhecimento exato da natureza. Apesar de tudo, tais diferenças não são categóricas como à primeira vista poderiam parecer.

Salvo o caso da mecânica pura, nenhuma ciência da natureza pode prescindir da noção de qualidade. Além disso, deparamos no nosso próprio campo com a opinião — errônea — de que o fenômeno, fundamental para a nossa civilização, do comércio financeiro, é suscetível de quantificação e, portanto, cognoscível mediante "leis". Por último, dependeria da definição mais ou menos lata do conceito de "lei" que nele se pudessem incluir as regularidades não suscetíveis de uma expressão numérica, devido ao fato de não serem quantificáveis.

No que respeita especialmente à intervenção de motivos "espirituais", esta de modo algum exclui o estabelecimento de regras para uma atuação racional. Mas, sobretudo, sucede que ainda hoje não desapareceu completamente a opinião de que é tarefa da *Psicologia* desempenhar, para as diversas "ciências do espírito", um papel comparável ao das matemáticas para as ciências da natureza. Para tal, ela deveria decompor os complicados fenômenos da vida social nas suas condições e efeitos psíquicos, reduzi-los a fatores psíquicos os mais simples possíveis, e enfim classificar estes últimos por gêneros e analisar as suas relações funcionais. Assim, ter-se-ia conseguido criar, se não uma "mecânica", pelo menos uma "química" da vida social nas suas bases psíquicas. Não nos cabe decidir aqui se tais análises poderão alguma vez contribuir com resultados particulares que sejam valiosos e — o que é diferente — úteis para as ciências da cultura. No entanto, isso não afeta de modo algum a possibilidade de se atingir a meta do conhecimento sócio-econômico, tal como o entendemos aqui — ou seja, o conhecimento da realidade concreta segundo o seu significado cultural e as suas relações de causa — mediante a busca da repetição regular.

→ busca da repetição regular racionalmente (historicamente, em termos de psicologia causal)

Supondo que alguma vez, quer mediante a Psicologia, quer de qualquer outro modo, se conseguisse decompor em fatores últimos e simples todas as conexões causais imagináveis da coexistência humana, tanto as que já foram observadas como as que um dia será possível estabelecer, e se conseguisse abrangê-las de modo exaustivo numa imensa casuística de conceitos e regras com a validade rigorosa de leis, que significaria esse resultado para o conhecimento, quer do mundo cultural *historicamente* dado, quer de algum fenômeno particular, como o do capitalismo na sua evolução e no seu significado cultural? Como meio de conhecimento, não significa nem mais nem menos que aquilo que um dicionário das combinações da Química Orgânica significa para o conhecimento *biogênico* dos reinos animal e vegetal.

Tanto num caso como noutro, ter-se-á realizado um importante e útil trabalho preliminar. Todavia, e tanto num caso como noutro, tornar-se-ia impossível chegar alguma vez a *deduzir* a realidade da vida a partir destas "leis" e "fatores". Não porque subsistissem ainda, nos fenômenos vitais, determinadas "forças" superiores e misteriosas ("dominantes", "enteléquias" ou outras) — o que já constitui outro problema — (mas simplesmente porque, para o conhecimento da realidade apenas nos interessa a constelação em que esses "fatores" (hipotéticos) se agrupam, formando um fenômeno cultural historicamente significativo para nós, e também porque, se pretendemos "explicar causalmente" esses agrupamentos individuais, teríamos que nos reportar constantemente a outros agrupamentos igualmente individuais, a partir dos quais os "explicaríamos", embora utilizando naturalmente os citados (hipotéticos) conceitos denominados "leis".)

Assim, o estabelecimento de tais "leis" e "fatores" (hipotéticos) apenas constituiria, para nós, a primeira de várias operações às quais o conhecimento a que aspiramos nos conduziria. A segunda operação, completamente nova e independente apesar de se basear nessa tarefa preliminar, seria a análise e a exposição ordenada do agrupamento individual desses "fatores" historicamente dados e da sua combinação concreta e significativa, dele resultante; mas, acima de tudo, consistiria em tornar inteligível a causa e a natureza dessa significação. A terceira operação seria remontar o mais possível no passado, e observar como se desenvolveram as diferentes características individuais dos agrupamentos de importância para o presente, e proporcionar uma explicação histórica a partir destas constelações anteriores, igualmente individuais. Por último, uma possível quarta operação consistiria na avaliação das constelações possíveis no futuro.

Para todas estas finalidades seria muito útil, quase indispensável, a existência de conceitos claros e o conhecimento destas (hipotéticas) "leis", como meios heurísticos mas unicamente como tal. Mas mesmo com esta função, existe um ponto decisivo que demonstra o limite do seu alcance, com o que somos conduzidos à peculiaridade decisiva do método nas ciências da cultura; ou seja, nas disciplinas que aspiram a conhecer os fenômenos da vida segundo a sua significação cultural [A significação da configuração de um fenômeno cultural e a causa dessa significação não podem contudo deduzir-se de qualquer sistema de conceitos de leis, por muito perfeito que seja, como também não podem ser justificados nem explicados por ele, dado que pressupõem a relação dos fenômenos culturais com idéias de valor.]

O conceito de cultura é um conceito de valor. A realidade empírica é "cultura" para nós porque e na medida em que a relacionamos a idéias de valor. Ela abrange aqueles e somente aqueles componentes da realidade que através desta relação tornam-se significativos para nós. Uma parcela ínfima da realidade individual que observamos em cada caso é matizada pela ação do nosso interesse condicionado por essas idéias de valor, somente ela tem significado para nós precisamente porque revela relações tornadas importantes graças à sua vinculação a idéias de valor. É somente por isso, e na medida em que isso ocorre, que nos interessa conhecer a sua característica individual. Entretanto, o que para nós se reveste de significação não poderá ser deduzido de um estudo "isento de pressupostos" do empiricamente dado; pelo contrário, é a comprovação desta significação que constitui a premissa para que algo se converta em objeto da análise.

Naturalmente, o significativo, como tal, não coincide com qualquer lei como tal, e isto tanto menos quanto mais geral for a validade dessa lei. Porque a significação que para nós tem um fragmento da realidade não se encontra evidentemente nas relações que compartilha com o maior número possível de outros elementos. A relação da realidade com idéias de valor que lhe conferem uma significação, assim como o sublinhar e ordenar os elementos do real matizados por esta relação sob o ponto de vista de sua significação cultural, constituem perspectivas completamente diferentes e distintas da análise da realidade levada a cabo para conhecer as suas leis e a ordenar segundo conceitos gerais.]

Ambas as modalidades de pensamento ordenador do real não mantêm entre si qualquer relação lógica necessária. Poderá suceder que, num caso concreto, venham alguma vez a coincidir; mas, se essa coincidência

→ diferença básica entre a regularidade ("lei") e a função ou a sign. intrínseca e autônoma entre

casual nos ocultar a sua discrepância de princípio, isso poderá acarretar as mais funestas conseqüências.

A significação cultural de um fenômeno — por exemplo o do comércio monetário — pode consistir no fato de se manifestar como fenômeno de massa, um dos elementos fundamentais da civilização contemporânea. Mas, ato contínuo, o fato histórico de desempenhar esse papel é que constitui o que deverá ser compreendido sob o ponto de vista da sua significação cultural, e explicado causalmente sob a perspectiva da sua origem histórica.]

A análise da essência geral da troca e da técnica do tráfico comercial constituem uma tarefa preliminar, muito embora extremamente importante e indispensável. Mas não fica assim resolvida a questão de como a troca chegou historicamente a alcançar a fundamental significação que hoje possui; nem a que, em última análise, nos interessa: qual a significação cultural da economia monetária. Pois é por ela que nos interessamos pela descrição da técnica de circulação, e por ela também que existe hoje uma ciência que trata dessa técnica. De qualquer modo, não se deduz de nenhuma dessas "leis". As características genéricas da troca, da compra etc. interessam ao jurista. Mas o que a nós interessa é a tarefa de analisar a significação cultural do fato histórico de a troca constituir, hoje, um fenômeno de massa. Quando esse fato deve ser explicado, quando pretendemos compreender a diferença entre a nossa civilização sócio-econômica e a da Antiguidade — onde a troca apresentava exatamente as mesmas qualidades genéricas que hoje —, quando queremos saber em que consiste a significação da "economia monetária", surgem então na análise princípios lógicos de origem claramente heterogênea. Por certo que, enquanto contenharmos elementos significativos da nossa cultura, utilizaremos os conceitos que a análise dos elementos genéricos dos fenômenos econômicos de massa nos oferece como meios de exposição. Mas, por muito exata que seja a distinção desses conceitos e leis, não só não teremos alcançado o alvo da nossa tarefa, como a questão sobre qual deve ser o objeto da formação de conceitos genéricos não ficará "livre de pressupostos", dado que foi decidida em função da significação que possuem, para a cultura, determinados elementos dessa multiplicidade infinita que chamamos "comércio".

[Aspiramos ao conhecimento de um fenômeno histórico, isto é, significativo na sua especificidade.] E o que aqui existe de decisivo é o fato de só adquirir sentido lógico a idéia de um conhecimento dos fenômenos individuais mediante a premissa de que apenas uma parte

finita da infinita diversidade de fenômenos é significativa. Mesmo com o mais amplo conhecimento de todas as "leis" do devir ficaríamos perplexos ante o problema de como é possível em geral a explicação causal de um fato individual, posto que nem sequer se pode pensar a mera descrição exaustiva do mais ínfimo fragmento da realidade. Pois o número e a natureza das causas que determinaram qualquer acontecimento individual são sempre infinitos, e não existe nas próprias coisas critério algum que permita escolher dentre elas uma fração que possa entrar isoladamente em linha de conta. A tentativa de um conhecimento da realidade "livre de pressupostos" apenas conseguiria produzir um caos de "juízos existenciais" acerca de inúmeras percepções particulares. E mesmo este resultado só na aparência seria possível, já que a realidade de cada uma das percepções, expostas a uma análise detalhada, oferece um sem-número de elementos particulares, que nunca poderão ser expressos de modo exaustivo nos juízos de percepção.

Este caos só pode ser ordenado pela circunstância de que, em qualquer caso, unicamente um segmento da realidade individual possui interesse e significado para nós, posto que só ele se encontra em relação com as idéias de valor culturais com que abordamos a realidade. Portanto, só alguns aspectos dos fenômenos particulares infinitamente diversos, e precisamente aqueles a que conferimos uma significação geral para a cultura, merecem ser conhecidos, pois apenas eles são objeto da explicação causal. Também esta explicação causal oferece, por sua vez, o mesmo caráter, pois uma regressão causal exaustiva a partir de qualquer fenômeno concreto para captar a sua plena realidade não só resulta praticamente impossível, como é pura e simplesmente um absurdo. Apenas pomos em relevo as causas a que se podem atribuir, num caso concreto, os elementos "essenciais" de um acontecimento. Quando se trata da individualidade de um fenômeno, o problema da causalidade não incide sobre as leis, mas sobre conexões causais concretas; não se trata de saber a que fórmula se deve subordinar o fenômeno a título de exemplar, mas sim a que constelação deve ser imputado como resultado. Trata-se, portanto, de um problema de imputação. Onde quer que se trate de explicação causal de um "fenômeno cultural" — ou de uma "individualidade histórica", expressão já utilizada relativamente à metodologia da nossa disciplina, e agora habitual na lógica, com uma formulação mais precisa —, o conhecimento das leis da causalidade não poderá constituir o fim mas antes o meio do estudo. Ele facilita e possibilita a imputação causal dos elementos dos fenômenos, tornados importantes para a cultura pela sua individualidade,

às suas causas concretas. E apenas na medida em que presta esse serviço que poderá ter valor para o conhecimento das conexões individuais. E quanto mais "gerais", isto é, abstratas, são as leis, menos contribuem para as necessidades da imputação causal dos fenômenos individuais e, indiretamente, para a compreensão da significação dos acontecimentos culturais.

Que se conclui de tudo isto?

De modo algum que, no campo das ciências da cultura, o conhecimento do geral, a formação de conceitos genéricos abstratos, o conhecimento de regularidades e a tentativa de formulação de relações "regulares" não tenham uma justificação científica. Muito pelo contrário. Se o conhecimento causal do historiador consiste numa imputação de certos resultados concretos a determinadas causas concretas, então é impossível uma imputação válida de qualquer resultado individual sem a utilização de um conhecimento "nomológico" — isto é, do conhecimento das regularidades das conexões causais. Para saber se a um elemento individual e singular de uma conexão cabe atribuir, na realidade, uma importância causal para o resultado que se trata de explicar causalmente, apenas existe a possibilidade de proceder à avaliação das influências que nos habituamos a esperar geralmente tanto deste como de outros elementos do mesmo complexo que sejam pertinentes à explicação. Essas influências constituem, por conseguinte, os efeitos "adequados" dos elementos causais em questão.

Saber até que ponto o historiador (no sentido mais lato da palavra) é capaz de realizar com segurança esta imputação, com o auxílio da sua imaginação metodicamente educada e alimentada pela sua experiência pessoal da vida, e até que ponto estará dependente do auxílio de determinadas ciências especializadas postas ao seu alcance, é algo que depende de cada caso particular. Mas em qualquer caso, e portanto também no campo dos fenômenos econômicos complexos, a segurança da imputação é tanto maior quanto mais seguro e amplo for o nosso conhecimento geral. O valor desta afirmação não fica de modo algum diminuído pelo fato de que nunca, mesmo nas chamadas "leis econômicas", se trata de conexões "regulares" no sentido estrito das ciências da natureza, mas sim de conexões causais adequadas, expressas em regras, e portanto de uma aplicação da categoria da "possibilidade objetiva", que não analisaremos aqui com mais pormenores. Ocorre que o estabelecimento de tais regularidades não é a finalidade, mas sim um meio do conhecimento. E quanto a saber se tem sentido formular

como "lei" uma regularidade de conexões causais, observada na experiência quotidiana, não é mais que uma questão de conveniência em cada caso concreto. Para as ciências exatas da natureza as leis são tanto mais importantes e valiosas quanto *mais geral* é a sua validade.

Para o conhecimento das condições concretas dos fenômenos históricos as leis mais gerais são frequentemente as menos valiosas, por serem as mais vazias de conteúdo. Isto porque quanto mais vasto é o campo abrangido pela validade de um conceito genérico — isto é, quanto maior a sua *extensão* —, tanto mais nos *afasta* da riqueza da realidade, posto que, para poder abranger o que existe de comum no maior número possível de fenômenos, forçosamente deverá ser o mais abstrato e pobre de conteúdo. No campo das ciências da cultura, o conhecimento do geral nunca tem valor por si próprio.

De tudo o que até aqui se disse resulta que carece de razão de ser um estudo "objetivo" dos acontecimentos culturais, no sentido em que o fim ideal do trabalho científico deveria consistir numa redução da realidade empírica a certas leis. Carece de razão de ser, não porque — como frequentemente se sustentou — os acontecimentos culturais ou, se se quiser, os fenômenos espirituais evoluam "objetivamente" de modo menos sujeito a leis, mas:

a) porque o conhecimento de leis sociais não é um conhecimento do socialmente real, mas unicamente um dos diversos meios auxiliares que o nosso pensamento utiliza para esse efeito, e

b) porque nenhum conhecimento dos acontecimentos culturais poderá ser concebido senão com base na *significação* que a realidade da vida, sempre configurada de modo individual, possui para nós em determinadas relações *singulares*.

Não existe qualquer lei que nos mostre em que sentido e em que condições isso sucede, pois o decisivo são as *idéias de valor*, prisma sob o qual consideramos a "cultura" em cada caso. A "cultura" é um segmento finito do decurso infinito e destituído de sentido próprio do mundo, a que o pensamento conferiu — do ponto de vista do *homem* — um sentido e uma significação. E continua a ser assim mesmo para quem se opõe a uma cultura *concreta* como inimigo implacável e preconiza o "regresso à natureza". Pois apenas pode adotar essa posição quando *compara* esta cultura concreta às suas próprias idéias de valor, afigurando-se-lhe aquela como "demasiado superficial". Referimo-nos precisamente a esta circunstância *puramente lógica e formal*, quando afirmamos que todo o indivíduo histórico está arraigado, de modo logicamente necessário, em "idéias de valor".

A premissa transcendental de qualquer *clência da cultura* reside, não no fato de considerarmos *valiosa* uma "cultura" determinada ou qualquer, mas sim na circunstância de sermos *homens* de cultura, dotados da capacidade e da vontade de assumirmos uma *posição* consciente face ao mundo, e de lhe conferirmos um *sentido*. Qualquer que seja este sentido, influirá para que, no decurso da nossa vida, extraiamos dele nossas avaliações de determinados fenômenos da convivência humana e assumamos perante eles, considerados *significativos*, uma *posição* (positiva ou negativa) Qualquer que seja o conteúdo dessa tomada de posição, estes fenômenos possuem para nós uma *significação* cultural, que constitui a base única do seu interesse científico.

Por conseguinte, quando utilizamos aqui a terminologia dos lógicos modernos [Rickert] e dizemos que o conhecimento cultural é condicionado por determinadas *idéias de valor*, esperamos que isso não seja suscetível de mal-entendidos tão grosseiros como a opinião de que apenas se deve atribuir significação cultural aos fenômenos *valiosos*. Pois tanto a prostituição como a religião ou o dinheiro são fenômenos *culturais*. E todos três o são, única e exclusivamente, enquanto a sua existência e a forma que *historicamente* adotam correspondem direta ou indiretamente aos nossos *interesses* culturais, enquanto animam o nosso desejo de conhecimento a partir de pontos de vista derivados das idéias de valor, as quais tornam *significativo* para nós o fragmento de realidade expresso naqueles conceitos.

Disso resulta que todo o conhecimento da realidade cultural é sempre um conhecimento subordinado a *pontos de vista* especificamente *particulares*. Quando exigimos do historiador ou do sociólogo a *premissa elementar de saber distinguir entre o essencial e o secundário, de possuir para esse fim os "pontos de vista" necessários, queremos unicamente dizer que ele deverá saber referir — consciente ou inconscientemente — os elementos da realidade a "valores culturais" universais e destacar aquelas conexões que para nós se revistam de significado.* E se é frequente a opinião de que tais pontos de vista poderão ser "deduzidos da própria matéria", isto apenas se deve à ingênuo ilusão do especialista que não se dá conta de que — desde o início e em virtude das idéias de valor com que inconscientemente abordou o tema — destacou da imensidade absoluta um fragmento ínfimo, e particularmente *aquela* cujo exame lhe importa.

A propósito desta seleção de "aspectos" especiais e *individuais* do devir, que sempre e em todos os casos se realiza consciente ou

inconscientemente, reina também essa concepção do trabalho científico-cultural que constitui a base da tão repetida afirmação de que o elemento "pessoal" é o que verdadeiramente conferes valor a uma obra científica. Ou seja, de que qualquer obra deveria exprimir uma "personalidade" paralelamente a outras qualidades.

Por certo que sem as idéias de valor do investigador não existiria qualquer princípio de seleção nem conhecimento sensato do real singular e, assim como sem a crença do pesquisador na *significação* de um conteúdo cultural qualquer resultaria completamente desprovido de sentido todo o estudo do conhecimento da realidade *individual*, também a orientação da sua convicção pessoal e a difração dos valores no espelho da sua alma conferem ao seu trabalho uma direção. E os valores a que o gênio científico refere os objetos da sua investigação poderão determinar a "concepção" que se fará de toda uma época. Isto é, não só poderão ser decisivos para aquilo que, nos fenômenos, se considerará "valiosos", mas ainda para o que passa por ser "significativo ou insignificante", "importante" ou "secundário".

O conhecimento científico-cultural tal como o entendemos encontra-se preso, portanto, a premissas "subjetivas" pelo fato de apenas se ocupar daqueles elementos da realidade que apresentem alguma relação, por muito indireta que seja, com os acontecimentos a que conferimos uma *significação* cultural. Apesar disso, continua naturalmente a ser, um conhecimento puramente *causal*, exatamente como o conhecimento de eventos naturais individuais importantes, que têm caráter qualitativo.

Paralelamente às numerosas confusões originadas pelo imiscuir do pensamento jurídico formalista na esfera das ciências culturais, surgiu recentemente [em obra do jurista R. Stammler], entre outras, a tentativa de "refutar" a "concepção materialista da História" através de uma série de engenhosos sofismas. Para tanto argumenta-se que, dado que toda a vida econômica deveria evoluir dentro de determinadas *formas reguladas* de modo legal ou convencional, qualquer "evolução" econômica deveria adotar o aspecto de aspirações para a criação de novas *formas jurídicas*. Isto é, que apenas poderia ser compreensível a partir de certas máximas morais, e seria por isso diferente, em essência, de qualquer "evolução natural". O conhecimento da evolução econômica teria assim um caráter "teleológico".

Sem querermos discutir aqui o significado ambíguo que o conceito de "evolução" comporta nas ciências sociais, nem o conceito igualmente

ambíguo, do ponto de vista lógico, de "teleológico", cabe deixar assente que a economia não é necessariamente "teleológica" tal como pressupõe essa concepção.

Mesmo no caso de uma total identidade de forma das normas jurídicas vigentes, pode mudar de modo radical a *significação* cultural das *relações* jurídicas de caráter normativo e, conseqüentemente, as próprias normas. Pois se nos permitirmos um mergulho em divagações sobre o futuro, poder-se-ia imaginar, por exemplo, como teoricamente realizada uma "socialização dos meios de produção", sem que se houvesse produzido qualquer "aspiração" conscientemente dirigida para esse resultado, e sem que houvesse necessidade de acrescentar ou suprimir qualquer artigo da nossa atual legislação. Em compensação, a frequência estatística das diversas relações legalmente normalizadas seria sem dúvida modificada de modo radical e em numerosos casos ficaria reduzida a zero, e uma grande parte das normas jurídicas perderia *praticamente* qualquer significação, e toda a sua significação para a cultura se tornaria irreconhecível. Por conseguinte, a concepção "materialista" da História poderia assim eliminar com razão as discussões *de lege ferenda* [referentes à legislação futura], dado que o seu ponto de vista básico afirmava precisamente a mudança inevitável de *significação* das instituições jurídicas. Todo aquele que crê que o modesto trabalho da compreensão causal da realidade histórica constitui uma tarefa inferior poderá desinteressar-se dele, mas é realmente impossível substituí-lo por qualquer "teleologia". Na *nossa* concepção, "fim" é a representação de um *resultado* que se converte em *causa* de uma ação. E tomamo-la em consideração tal como a *qualquer* causa que contribua ou possa contribuir para um resultado *significativo*. A sua significação específica baseia-se unicamente em que podemos e queremos não só *constatar* a atividade humana, como também *compreendê-la*.

É indubitável que as idéias de valor são "subjetivas". Entre o interesse pela evolução dos maiores fenômenos imagináveis, que durante largas épocas foram e continuam a ser comuns a uma nação ou a toda a humanidade, existe uma escala infinita de "significações", cujos graus se apresentarão, para cada um de nós, numa ordem diferente. E naturalmente esta ordem também varia historicamente de acordo com o caráter da cultura e do pensamento que domina os homens.

É evidente, no entanto, que não devemos deduzir de tudo isto que a *investigação* científico-cultural apenas conseguiria obter *resultados* "subjetivos", no sentido em que são válidos para uns, mas não para outros. O que varia é o grau de interesse que se manifesta por um ou

o grau de interesse que se manifesta por um ou

▷ O...  
de...  
de...  
por outro. / Por outras palavras: apenas as idéias de valor que dominam o investigador e uma época podem determinar o objeto do estudo e os limites desse estudo. No que se refere ao método da investigação — o “como” — é o ponto de vista dominante que determina a formação dos conceitos auxiliares de que se utiliza; e quanto ao modo de utilizá-los, o investigador encontra-se evidentemente ligado às normas de nosso pensamento. Porque só é uma verdade científica aquilo que pretende ser válido para todos os que querem a verdade.

Ora, daqui se deduz a total insensatez da crença, que por vezes encontramos mesmo entre historiadores da nossa especialidade, segundo a qual o alvo das ciências da cultura poderia ser a elaboração de um sistema fechado de conceitos, que de um modo ou de outro sintetizaria a realidade mediante uma articulação definitiva, a partir da qual se poderia de novo deduzi-la.

O fluxo do devir incomensurável flui incessantemente ao encontro da eternidade. Os problemas culturais que fazem mover a humanidade renascem a cada instante e sob um aspecto diferente e permanece variável o âmbito daquilo que, no fluxo eternamente infinito do individual, adquire para nós importância e significação, e se converte em “individualidade histórica”. Mudam também as relações intelectuais sob as quais são estudados e cientificamente compreendidos. Por conseguinte, os pontos de partida das ciências da cultura continuarão a ser variáveis no imenso futuro, enquanto uma espécie de imobilidade chinesa da vida espiritual não desacostumar a humanidade de fazer perguntas, à sempre inesgotável vida.

Um sistema das ciências culturais, embora só o fosse no sentido de uma fixação definitiva, objetivamente válida e sistematizadora das questões e dos campos dos quais se espera que tratem seria um absurdo em si. Uma tentativa deste tipo poderá apenas rematar por uma justaposição de diferentes pontos de vista, especificamente particulares, e muitas vezes heterogêneos e díspares entre si, sob os quais a realidade tem sido e permanecerá para nós “cultura”, isto é, significativa na sua particularidade.

Após essas prolongadas discussões podemos finalmente dedicar-nos à questão que nos interessa metodologicamente a propósito do estudo da “objetividade” do conhecimento nas ciências da cultura. Qual é a função lógica e a estrutura dos conceitos com os quais trabalha a nossa ciência, à semelhança de qualquer outra? Ou, para o dizer de outro modo e em função do problema decisivo: Qual a significação da teoria

\* e da formação teórica dos conceitos para o conhecimento da realidade cultural?

Como já vimos, a economia política tinha sido originalmente uma “técnica”, pelo menos no que se refere ao núcleo dos seus estudos. Isto é, considerava os fenômenos da realidade sob uma perspectiva prática de valor, estável e unívoca pelo menos na aparência: a da perspectiva do crescimento da “riqueza” da população num país. Por outro lado, desde o início que a Economia Política não era apenas uma “técnica”, dado que se incorporou à poderosa unidade da concepção do mundo do século XVIII, de caráter racionalista e orientada pelo Direito natural. Mas a particularidade dessa concepção do mundo, com a sua fé otimista na racionalização teórica e prática do real, comportou um efeito essencial, ao evitar que fosse descoberto o caráter problemático da perspectiva que ela pressupunha ser evidente. Do mesmo modo que o estudo racional da realidade social havia nascido em estreita relação com a evolução moderna das ciências da natureza, assim também continuou semelhante a elas no modo de encarar o seu objeto.

Ora desde o início que, nas disciplinas das ciências da natureza, a perspectiva prática de valor relativa ao que é diretamente útil tecnicamente se encontrava em estreita relação com a esperança — herdada da Antiguidade e desenvolvida posteriormente — de que, pelo caminho generalizador da abstração e da análise do empírico orientadas para as relações legais, seria possível chegar a um conhecimento puramente “objetivo” — isso significa, aqui, um conhecimento desligado de todos os valores — e ao mesmo tempo absolutamente racional — ou seja, um conhecimento monista [fundado num princípio único] de toda a realidade e livre de qualquer “contingência” individual, sob o aspecto de um sistema conceitual de validade metafísica e forma matemática.

As disciplinas das ciências da natureza que se encontram ligadas a pontos de vista axiológicos, tais como a Medicina clínica, e, mais ainda, a chamada “Tecnologia”, converteram-se em puras “artes” práticas. Desde o princípio que estavam determinados os valores que deveriam servir: a saúde do paciente, o aperfeiçoamento técnico de um processo de produção etc. Os meios a que recorreram eram, e só podiam ser, a aplicação prática dos conceitos de lei descobertos pelas disciplinas teóricas. Qualquer progresso de princípio na formação das leis era também, e podia sê-lo, um progresso na disciplina prática. Porque, quando os fins permanecem inalteráveis, a redução progressiva de questões práticas (um caso de doença, um problema técnico) a leis de validade geral e a conseqüente ampliação do conhecimento teórico

ligam-se à ampliação das possibilidades técnicas e práticas e se identifica com ela.

Quando a Biologia moderna conseguiu englobar igualmente os elementos da realidade que nos interessam *historicamente* (pelo fato de haverem ocorrido precisamente assim e não de qualquer outro modo) dentro do conceito de um princípio de evolução de validade geral, que pelo menos na aparência — mas não na realidade — permitia ordenar todo o essencial daqueles objetos dentro de um esquema de leis com validade geral, dir-se-ia que, sobre todas as ciências, pairava ameaçadoramente o crepúsculo dos deuses de todas as perspectivas axiológicas. Dado que também o chamado devir histórico era um fragmento da realidade total, e que o princípio de causalidade — premissa de qualquer trabalho científico — parecia exigir a redução de todo o devir a “leis” de validade geral, e dado também o descomunal êxito das ciências da natureza, que haviam incorporado esse princípio, parecia impossível conceber um trabalho científico que não fosse o da descoberta de leis do devir em geral. O elemento científico essencial dos fenômenos apenas podia ser constituído pelo aspecto “legal”, enquanto que os “acontecimentos individuais” só podiam levar-se em linha de conta como “tipos”, o que significa, aqui, como representantes ilustrativos das leis. O interesse por eles próprios e enquanto tais não era considerado um interesse “científico”.

Torna-se impossível pormenorizar aqui as importantes repercussões deste estado de espírito cheio de confiança do monismo naturalista sobre as disciplinas económicas. Quando a crítica socialista e o trabalho dos historiadores começaram a transformar em problemas as perspectivas axiológicas originais, a poderosa evolução da investigação biológica, por um lado, e a influência do panlogismo [doutrina da razão universal] hegeliano, por outro, impediram que a Economia Política reconhecesse com precisão toda a amplitude da relação entre o conceito e a realidade.

O resultado disso, no que nos interessa aqui, é que, apesar do formidável dique erguido pela filosofia idealista alemã desde Fichte, pelos sucessos da escola histórica do Direito e pelos trabalhos da escola histórica alemã da Economia Política contra a infiltração dos dogmas naturalistas, não foram ainda superados, em determinados aspectos decisivos, os pontos de vista do naturalismo, e, em parte, essa situação ocorre *por causa* desse esforço. Entre eles, cabe citar a relação, ainda problemática, que na nossa disciplina existe entre o trabalho “teórico” e o “histórico”.

Ainda hoje o método teórico e “abstrato” se opõe de maneira direta e aparentemente incontornável à investigação histórico-empírica. Ele reconhece com toda a exatidão a impossibilidade metodológica de substituir o conhecimento histórico da realidade pela formulação de “leis”, ou de, pelo contrário, chegar ao estabelecimento das “leis”, no sentido estrito do termo mediante a mera justaposição de observações históricas. Para conseguir estabelecê-las — pois está convencido de que esse é o fim supremo da Ciência — parte do fato de que experimentamos constantemente as relações da atividade humana na sua realidade imediata. Em face disso, julga poder tornar esse curso dos eventos diretamente inteligível com evidência axiomática e assim explorá-los nas suas “leis”. A única forma exata do conhecimento, a formulação de leis imediata e intuitivamente *evidentes*, seria ao mesmo tempo a única que nos permitiria deduzir os acontecimentos não diretamente observáveis. Conseqüentemente, o estabelecimento de um sistema de proposições abstratas e puramente formais, por analogia com as proposições das ciências exatas, seria o único meio de dominar intelectualmente a diversidade social, pelo menos no que se refere aos fenômenos fundamentais da vida económica.

Apesar de ter sido o criador desta teoria [H. Gossen, precursor da teoria marginalista na Economia, em 1854] o primeiro e único a efetuar uma distinção metodológica de princípio entre o conhecimento legal e o histórico, atribuiu uma *validade empírica* às proposições da teoria abstrata, no sentido de uma *possibilidade de dedução* da realidade a partir destas “leis”. É certo que o não fazia no sentido da validade empírica das proposições económicas abstratas por elas próprias, mas sim no sentido de, uma vez alcançadas teorias “exatas” correspondentes a todos os outros elementos que entram em linha de conta, dever o conjunto de todas estas teorias abstratas conter a verdadeira realidade das coisas, isto é, tudo aquilo que, da realidade, fosse digno de ser conhecido. A teoria exata da Economia estabeleceria a influência de um motivo psicológico, enquanto que outras teorias teriam como tarefa desenvolver analogamente todos os restantes motivos num conjunto de proposições de validade hipotética.

Em relação com o resultado do trabalho teórico — isto é, das teorias abstratas da formação dos preços, dos juros, dos rendimentos etc. — houve quem divagasse que, numa suposta analogia com as proposições da Física, seria possível empregá-las para *deduzir* de premissas reais dadas, resultados *quantitativamente determinados* — portanto leis em sentido estrito — com validade para a realidade da vida, posto que

face a fins dados, a economia humana ficaria claramente "determinada" em relação aos meios. Não se levava em consideração que, para alcançar tal resultado, ainda que fosse no mais fácil dos casos, seria necessário estabelecer previamente como "dada" e pressupor como conhecida a *totalidade* da realidade histórica, incluindo todas as suas relações causais. E que, se alguma vez o espírito finito conseguisse alcançar esse conhecimento, não seria imaginável qual o valor epistemológico de uma teoria abstrata.

O preconceito naturalista segundo o qual se deveria nesses conceitos elaborar algo de semelhante às ciências exatas, havia precisamente levado a uma interpretação errônea do sentido dessas formações teóricas do pensamento. Acreditava-se que se tratava do isolamento psicológico de "impulso" específico do homem, a do instinto da aquisição, ou então da observação isolada de uma máxima específica da atividade humana, a do chamado princípio econômico. A teoria abstrata julgava poder apoiar-se em *axiomas* psicológicos. Isso teve como consequência os historiadores exigirem uma psicologia *empírica*, de molde a comprovar a não validade desses axiomas, e poderem deduzir psicologicamente o curso dos processos econômicos.

Não é nossa intenção criticar aqui em pormenor a significação de uma ciência sistemática da "psicologia social" — ainda não constituída — como futura base das ciências culturais, e especialmente da economia social. As tentativas, em parte brilhantes, de que temos conhecimento até agora, de uma interpretação psicológica dos fenômenos econômicos, demonstram precisamente que a partir da análise das qualidades psicológicas do homem *não* se progride indo até à análise das instituições sociais, mas sim que, inversamente, o esclarecimento das condições e dos efeitos psicológicos das instituições *pressupõe* o exato conhecimento destas últimas e a análise científica das suas relações. A análise psicológica significa pois meramente, em cada caso concreto, um valioso aprofundar do conhecimento do seu *condicionamento* histórico e da sua significação cultural. O que nos interessa na conduta do homem, dentro do âmbito das suas relações sociais, é especificamente particularizado segundo a significação cultural específica da relação em causa. Trata-se de causas e influências psíquicas, extremamente heterogêneas entre si e extremamente concretas na sua composição. A investigação sociopsicológica significa um exame aprofundado dos diversos gêneros *particulares* e díspares de elementos culturais tendo em vista a sua acessibilidade para a nossa revivência compreensiva. Partindo do conhecimento das instituições particulares, esse exame auxiliar-nos-á a *com-*

*preender* intelectualmente e em medida crescente o seu condicionamento e significação culturais, mas não nos ajudará a *explicar* as instituições a partir de leis psicológicas ou de fenômenos psicológicos elementares.

Por conseguinte, bem pouco fecunda tem sido a polémica desencadeada ao redor da questão da legitimidade psicológica das construções teóricas e abstratas, bem como do alcance do "instinto de aquisição", do "princípio econômico" etc.

As construções da teoria abstrata só na aparência são "deduções" a partir de motivos psicológicos fundamentais. Na realidade, trata-se antes do caso especial de uma forma da construção dos conceitos, própria das ciências da cultura humana e, em certo grau, indispensável. Vale a pena empreender aqui a sua caracterização mais profunda, dado que assim nós aproximaremos da questão lógica sobre a significação da teoria nas ciências sociais. Para tanto, passaremos por alto e de uma vez para sempre a questão de saber se as construções teóricas que utilizaremos como exemplos ou a que faremos referência, correspondem, tal como são, ao fim a que se destinam. Isto é, se foram formadas praticamente de maneira *apropriada*.

Afinal, a questão de saber até onde se deve levar a atual "teoria abstrata" é também uma questão da economia do trabalho científico, que comporta ainda outros problemas. Também a "teoria de utilidade marginal" está subordinada à "lei da utilidade marginal".

Na teoria econômica abstrata temos um exemplo dessas sínteses a que se costuma dar o nome de "idéias" dos fenômenos históricos. Oferece-nos um *quadro ideal* dos eventos no mercado dos bens de consumo, no caso de uma sociedade organizada segundo o princípio da troca, da concorrência livre e de uma ação estritamente racional. Este quadro do pensamento reúne determinadas relações e acontecimentos da vida histórica para formar um cosmos não contraditório de relações *pensadas*. Pelo seu conteúdo, essa construção, reveste-se do caráter de *uma utopia, obtida mediante a acentuação mental de determinados elementos da realidade. A sua relação com os fatos empiricamente dados consiste apenas em que, onde quer que se comprove ou suspeite de que determinadas relações — do tipo das representadas de modo abstrato na citada construção, a saber, as dos acontecimentos dependentes do "mercado" — chegaram a atuar em algum grau sobre a realidade, podemos representar e tornar compreensível pragmaticamente a natureza particular dessas relações mediante um tipo ideal. Esta possibilidade pode ser valiosa, e mesmo indispensável, tanto para a investigação como para a exposição.*

No que se refere à *investigação*, o conceito do tipo ideal propõe-se formar o juízo de atribuição. Não é uma "hipótese", mas pretende apontar o caminho para a formação de hipóteses. Embora não constitua uma *exposição* da realidade, pretende conferir a ela meios expressivos *unívocos*. É, portanto, a "idéia" da organização moderna e *históricamente* dada da sociedade numa economia de mercado, idéia essa que evolui de acordo com os mesmos princípios lógicos que serviram, por exemplo, para formar a da "economia urbana" da Idade Média à maneira de um conceito "genético". Não é pelo estabelecimento de uma *média* dos princípios econômicos que realmente existiram em todas as cidades examinadas, mas antes, pela construção de um *tipo ideal*, que neste último caso se forma o conceito de "economia urbana".

Obtém-se um tipo ideal mediante a *acentuação unilateral* de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos *isoladamente* dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo de pensamento. Torna-se impossível encontrar empiricamente na realidade esse quadro, na sua pureza conceitual, pois trata-se de uma *utopia*. A atividade *historiográfica* defronta-se com a tarefa de determinar, em cada caso particular, a proximidade ou afastamento entre a realidade e o quadro ideal em que medida portanto o caráter econômico das condições de determinada cidade poderá ser qualificado como "economia urbana" em sentido conceitual. Ora, desde que cuidadosamente aplicado, esse conceito cumpre as *funções específicas* que dele se esperam, em benefício da *investigação* e da *representação*.

Para analisarmos ainda outro exemplo, pode-se traçar igualmente a "idéia" do "artesanato" sob a forma de uma utopia, para o que se procede à reunião de determinados traços que se manifestam de modo difuso entre os artesãos das mais diversas épocas e países, acentuando de modo unilateral as suas conseqüências num quadro ideal não contraditório, e referindo-o a uma expressão de pensamento que nele se manifeste. Além disso, pode-se tentar delinear uma sociedade na qual os ramos da atividade econômica e mesmo a atividade intelectual se encontrem dominados por máximas que nos parecem ser aplicações do mesmo princípio que caracteriza o "artesanato" elevado ao nível de tipo ideal. E a esse tipo ideal do artesanato pode ainda opor-se, por antítese, um tipo ideal correspondente a uma estrutura capitalista da

Dr. J. P. A.

Dr. J. P. A.

indústria, obtido a partir da abstração de determinados traços da grande indústria moderna para, com base nisso, tentar-se traçar a utopia de uma cultura "capitalista", isto é, dominada unicamente pelo interesse de valorização dos capitais privados. Ela acentuaria diferentes traços difusos da vida cultural, material e espiritual moderna, e os reuniria num quadro ideal não contraditório para efeitos da nossa investigação. Este quadro constituiria então uma tentativa de traçar uma "idéia" da cultura capitalista — quanto a saber se isso é possível, e como, não será tratado agora.

Ocorre que é possível, e deve mesmo considerar-se como certo, formular muitas e mesmo inúmeras utopias deste tipo, das quais *nenhuma* se pareceria com outra, das quais *nenhuma* poderia ser observada na realidade empírica como ordem realmente válida numa sociedade, mas cada uma das quais pretenderia ser uma representação da "idéia" da cultura capitalista, e cada uma das quais poderia realmente pretender, na medida em que selecionou certas características da nossa cultura *significativas* na sua especificidade, reuni-las num quadro ideal homogêneo. Pois os fenômenos que nos interessam como manifestações culturais derivam regra geral o seu interesse — a sua *significação cultural* — de idéias de valor muito diferentes, com as quais podemos relacioná-las. Do mesmo modo que existem os mais diferentes "pontos de vista", a partir dos quais podemos considerar como significativos os fenômenos citados, pode igualmente fazer-se uso dos mais diferentes princípios de seleção para as relações suscetíveis de serem integradas no tipo ideal de uma determinada cultura.

Qual é, em face disso, a *significação* desses conceitos de tipo ideal para uma ciência empírica, tal como nós pretendemos praticá-la? Queremos sublinhar desde logo a necessidade de que os quadros de pensamento que aqui tratamos, "ideais" em sentido puramente lógico, sejam rigorosamente separados da noção do dever ser, do "exemplar". Trata-se da construção de relações que parecem suficientemente motivadas para a nossa *imaginação* e, conseqüentemente, "objetivamente possíveis", e que parecem *adequadas* ao nosso saber nomológico.

Quem for da opinião de que o conhecimento da realidade histórica deveria, ou poderia ser uma cópia "sem pressuposições" de fatos "objetivos", negar-lhes-á qualquer valor. E mesmo quem tiver reconhecido que, no âmbito da realidade, nada está isento de pressuposições em sentido lógico, e que o mais simples extrato de atas ou documentos apenas poderá ter algum sentido científico em relação a "significações"

Qual a signific. do tipo ideal?

e assim, em última análise, em relação a idéias de valor, considerará no entanto a construção de qualquer espécie de "utopia" histórica como um meio ilustrativo perigoso para a objetividade do trabalho científico, e com mais freqüência, como um simples jogo. E, de fato, nunca se poderá decidir *a priori* se se trata de mero jogo mental, ou de uma construção conceitual fecunda para a ciência. Também aqui apenas existe um critério, o da eficácia, para o conhecimento de fenômenos culturais concretos, tanto nas suas conexões como no seu condicionamento causal e na sua significação. Portanto, a construção de tipos ideais abstratos não interessa como fim, mas única e exclusivamente como meio do conhecimento.

Qualquer exame atento dos elementos conceituais da exposição histórica mostra, no entanto, que o historiador — logo que tenta ir além da mera comprovação de relações concretas, para determinar a significação cultural de um evento individual, por mais simples que seja, isto é, para "caracterizá-lo" — trabalha, e tem de trabalhar, com conceitos que via de regra apenas podem ser determinados de modo preciso e unívoco sob a forma de tipos ideais. Ou será que o conteúdo de conceitos tais como "individualismo", "imperialismo", "feudalismo", "mercantilismo", "convencional", assim como as inúmeras construções conceituais deste tipo, mediante as quais procuramos dominar a realidade pela reflexão e a compreensão, deverá ser determinado mediante a descrição, "sem pressupostos" de um fenômeno concreto, ou então mediante a síntese, por abstração, daquilo que é comum a vários fenômenos concretos? A linguagem em que o historiador fala contém centenas de palavras que comportam semelhantes quadros mentais e que são imprecisas porque escolhidas segundo as necessidades de expressão no vocabulário corrente não elaborado pela reflexão, e cuja significação inicialmente só é intuída sem ser pensada com clareza. Em inúmeros casos, e sobretudo no campo da história política descritiva, o caráter impreciso do conteúdo dos conceitos não prejudica de modo algum a clareza da exposição. Nesses casos, basta que sintamos aquilo de que o historiador tem uma vaga concepção, ou então que nos contemos com a presença difusa de uma especificação particular do conteúdo conceitual, no caso singular de que ele cogita.

Mas quanto mais clara consciência se pretende ter do caráter significativo de um fenômeno cultural, tanto mais imperiosa se torna a necessidade de trabalhar com conceitos claros, que não tenham sido determinados segundo um só aspecto particular, mas segundo todos. Ora, será absurdo conferir a essas sínteses do pensamento histórico uma

"definição" segundo o esquema "*genus proximum, differentia specifica*"; que se faça a prova. Este modo de comprovação da significação das palavras apenas existe no campo das disciplinas dogmáticas, que trabalham com silogismos. Também não existe, ou apenas na aparência, uma mera "decomposição descritiva" desses conceitos nos seus elementos, posto que o que importa é saber *quais* desses elementos deverão ser considerados essenciais. Se queremos tentar uma definição genética do conteúdo do conceito, apenas resta a forma do tipo ideal, no sentido anteriormente estabelecido. Trata-se de um quadro de pensamento, e não da realidade histórica, e muito menos da realidade "autêntica", e não serve de esquema no qual se pudesse incluir a realidade à maneira de exemplar. Tem antes o significado de um conceito limite puramente ideal, em relação ao qual se mede a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns dos seus elementos importantes, e com o qual esta é comparada. Tais conceitos são configurações nas quais construímos relações, pela utilização da categoria da possibilidade objetiva, que a nossa imaginação, formada e orientada segundo a realidade, julga adequadas.

Nesta função, o tipo ideal é acima de tudo uma tentativa para apreender os indivíduos históricos ou os seus diversos elementos em conceitos genéticos. Tomemos como exemplo os conceitos "Igreja" e "seita". Mediante a classificação pura, podemos analisá-los num complexo de características, com o que não só o limite entre ambos os conceitos, como o seu conteúdo, permanecerão indistintos. Pelo contrário, se queremos compreender o conceito de "seita" de modo genético, isto é, com referência a certas significações culturais importantes que o "espírito sectário" teve para a civilização moderna, tornam-se então essenciais certas características precisas de ambos, dado que se encontram numa relação causal adequada relativamente àqueles efeitos. Ora os conceitos se tornam então tipos ideais, isto é, não se manifestam na sua plena pureza conceitual, ou apenas de forma esporádica o fazem. Aqui, como em qualquer outro campo, qualquer conceito que não seja puramente classificatório nos afasta da realidade.

Mas a natureza discursiva do nosso conhecimento, a circunstância de apenas captarmos a realidade através de uma cadeia de transformações na ordem da representação, postula este tipo de taquigrafia conceitual. É bem certo que a nossa imaginação pode com freqüência prescindir da sua formulação conceitual explícita ao nível dos meios da investigação, mas em numerosos casos, torna-se imprescindível a sua

utilização no campo da análise cultural quando se trata da *exposição*, e enquanto esta pretender ser unívoca. Quem dela prescindir completamente, forçosamente se deverá limitar ao aspecto formal dos fenômenos culturais, como por exemplo o histórico-jurídico. O universo das normas jurídicas pode ser claramente determinado a partir do ponto de vista conceitual e, ao mesmo tempo, é *válido* para a realidade histórica (em sentido jurídico). Mas é da sua *significação* prática que se ocupa o trabalho das ciências sociais, tal como as entendemos. É muito frequente, porém, apenas se poder tomar univocamente consciência desta significação quando se refere o empiricamente dado a um caso limite ideal.

Se o historiador (no sentido mais lato da palavra) rejeita a tentativa de formular um tipo ideal como esse sob o pretexto de constituir uma "construção teórica", ou seja, algo inútil ou desnecessário para o fim concreto do conhecimento, resulta então, regra geral, que este historiador utiliza, consciente ou inconscientemente, outras construções análogas *sem* as formular explicitamente e sem elaboração lógica, ou então fica enalhado na esfera do vagamente "sentido".

Nada há de certo de mais perigoso que a *confusão* entre teoria e história, nascida dos preconceitos naturalistas. Esta confusão pode apresentar-se quer sob a forma de se acreditar na fixação em tais quadros conceituais e teóricos do conteúdo "propriamente dito" ou da sua utilização à maneira de leito de Procrusto, no qual a História deverá ser introduzida à força, ou ainda hipostasiando as "idéias" como se fossem a realidade "propriamente dita" ou as "forças reais" que, por detrás do fluxo dos acontecimentos, manifestam-se na História. Este último perigo é tanto mais constante quanto mais habituados estamos a entender por "idéias" de uma época os pensamentos e ideais que *governaram* a massa ou uma parte historicamente decisiva dos homens dessa época, e que, por esse mesmo motivo, constituíram elementos significativos para o aspecto particular da cultura citada.

A tudo isso convém acrescentar mais duas coisas. Em primeiro lugar, a circunstância de que entre a "idéia", no sentido de tendência do pensamento prático e teórico de uma época, e a "idéia", no sentido de *tipo* ideal desta época, por nós construído como meio conceitual auxiliar, existem por via de regra determinadas relações. Um tipo ideal de condições sociais determinadas, obtido através da abstração de determinadas manifestações sociais características de uma época, pode ter efetivamente passado aos olhos dos seus contemporâneos como um ideal a ser alcançado na prática ou, pelo menos, como máxima para a

regulação de certas relações sociais. Assim acontece com a "idéia" da "proteção dos bens de subsistência" e de outras teorias dos cânônicos, especialmente de Santo Tomás de Aquino, em relação com o já citado conceito típico-ideal da "economia urbana" medieval utilizado atualmente. E, com maior razão, assim sucede com o famigerado "conceito fundamental" da Economia Política: o do "valor" econômico. Desde a escolástica até à teoria marxista, aqui se entrecruzam duas noções, a do "objetivamente" válido, isto é, de um *dever* ser, e a de uma abstração a partir do processo empírico da formação de preços. A idéia de que o "valor" dos bens deveria ser regulado segundo determinados princípios do "direito natural", teve um incomensurável significado para o desenvolvimento da nossa civilização — e não apenas na Idade Média — e ainda hoje o tem. Em especial, influiu intensamente no processo empírico da formação dos preços.

Ora, é apenas mediante uma construção rigorosa dos conceitos, ou seja, graças ao tipo ideal, que se torna possível expor de forma unívoca o que se entende e pode entender pelo conceito *teórico* do valor. Era isto o que o sarcasmo acerca das "robinsonadas" da teoria abstrata deveria ter em conta, pelo menos enquanto não for capaz de nos oferecer em seu lugar algo de melhor, o que aqui significa algo de *mais claro*.

A relação de causalidade entre a *idéia* historicamente comprovável que domina os homens e os elementos da realidade histórica dos quais se pode fazer a abstração do *tipo ideal* correspondente pode adotar formas extremamente variáveis. Em princípio, deveremos apenas recordar que ambas as coisas são fundamentalmente diferentes.

E aqui surge a nossa segunda observação. As "idéias" que dominaram os homens de uma época, isto é, as que neles atuaram de forma difusa, só poderão ser compreendidas, sempre que formem um quadro do pensamento complicado, com rigor conceitual, *sob a forma de um tipo ideal*, pois empiricamente elas habitam as mentes de uma quantidade indeterminada e mutável de indivíduos, nos quais estavam expostas aos mais diversos matizes, segundo a forma e o conteúdo, a clareza e o sentido. Os elementos da vida espiritual dos diversos indivíduos em determinada época da Idade Média, por exemplo, que poderíamos designar pelo termo de "cristianismo" dos indivíduos em questão, constituiriam, caso fôssemos capazes de expô-los por completo, um caos de relações intelectuais e de sentimentos de todos os tipos, infinitamente diferenciados e extremamente contraditórios, se bem que a Igreja da Idade Média tenha sido capaz de impor, em elevado grau, a unidade

da fé e dos costumes. Posta a questão do que correspondia, no meio daquele caos, ao "cristianismo medieval", com o qual temos de trabalhar continuamente como se se tratasse de um conceito já estabelecido, ou o problema de saber em que consistia o elemento "cristão" que encontramos nas instituições da Idade Média, logo descobriremos que utilizamos constantemente um quadro mental puro por nós criado. Trata-se de uma combinação de artigos de fé, de normas éticas e de direito canônico, de máximas para o comportamento na vida, e de inúmeras relações particulares, que nós combinamos numa só "idéia"; numa síntese que seríamos incapazes de estabelecer de modo não contraditório sem recorrer a conceitos típico-ideais.

Claro que tanto a estrutura lógica dos sistemas conceituais em que expomos essas "idéias" como a sua relação com o imediatamente dado na realidade empírica são evidentemente muito diferentes. As coisas apresentam-se no entanto de forma bastante simples sempre que se trate de casos em que um ou alguns raros princípios diretores teóricos facilmente traduzíveis em fórmulas — como a fé de Calvino na predestinação — ou então certos postulados morais formuláveis com clareza, tenham governado os homens e hajam produzido determinados efeitos históricos, de modo que nos seja possível introduzir a "idéia" numa hierarquia de pensamentos inferidos logicamente desses princípios diretores. Já então se passa por alto que, por muito importante que tenha sido o poder construtivo puramente lógico do pensamento na História — de que o marxismo é um exemplo notável — o processo empírico-histórico que se desenvolveu na mente das pessoas deverá ser geralmente compreendido como um processo condicionado *psicologicamente*, e não logicamente.

O caráter típico-ideal dessas sínteses de idéias que tiveram uma ação histórica manifesta-se de forma ainda mais clara se esses princípios diretores e postulados fundamentais não vivem, ou já não vivem, nas mentes dos indivíduos, ainda que estes continuem dominados por pensamentos que são a conseqüência lógica destes princípios ou que deles saíram por associação, quer porque a "idéia" historicamente original que lhes servia de base se extinguiu, ou porque apenas conseguira ter influência através das suas conseqüências. E essas sínteses adotam ainda mais o caráter de "idéia" por nós construída, quando, de início, esses princípios diretores fundamentais não tenham sido captados, ou apenas de modo incompleto, pela consciência dos homens, ou ainda quando não tenha adotado a forma de um conjunto claro e coerente de pensamentos.

Assim, se nos empenhamos neste procedimento, como tantas vezes sucede e deverá suceder, essa "idéia" que formamos — como a do "liberalismo" de um determinado período, a do "metodismo" ou a de qualquer variante embrionária do socialismo — não é mais que um tipo ideal *puro* com o mesmo caráter que as sínteses dos "princípios" de uma época econômica, de que falamos acima. Quanto mais vastas são as relações que se devem expor, e quanto mais variada tenha sido a sua *significação* cultural, tanto mais se aproximará do tipo ideal a sua apresentação sistemática e global num sistema conceitual e mental, e tanto menos se torna possível ficar-se com *um único* conceito deste gênero. E daí resulta ser tanto mais natural e necessário repetir a tentativa de construir novos conceitos de tipo ideal, com a finalidade de tomar consciência de aspectos significativos sempre *novos* das relações. Assim, por exemplo, todos os enunciados de uma "essência" do cristianismo constituem tipos ideais que, constante e necessariamente, apenas têm uma validade muito relativa e problemática se reivindicarem qualidade de enunciado histórico do empiricamente dado. Por outro lado, possuem um elevado valor heurístico para a investigação, e um enorme valor sistemático para a *exposição*, se apenas forem utilizadas como meios conceituais para *comparar e medir* relativamente a eles a realidade. Com esta função, tornam-se mesmo indispensáveis.

Tais exposições típico-ideais, contudo, comportam em regra mais outro aspecto que complica ainda mais a sua significação. Geralmente pretendem ser, ou inconscientemente o são, tipos ideais não somente no sentido *lógico* mas também no sentido *prático*. Ou seja, tipos *exemplares* que — seguindo o nosso exemplo — contêm aquilo que o cristianismo *deve* ser segundo o ponto de vista do cientista, aquilo que na sua opinião é "essencial" nesta religião, porque representa um *valor permanente* para ele. Ora, no caso em que isso ocorra de forma consciente ou — mais freqüentemente — inconsciente, tais descrições contêm determinados ideais *aos quais* o pesquisador refere o cristianismo *avaliando-o*; isto é, as tarefas e finalidades segundo as quais orienta a sua "idéia" de cristianismo. Claro que tais ideais podem ser completamente diferentes, e sem dúvida que o serão sempre, dos valores com que, por exemplo, os contemporâneos dos primitivos cristãos compararam o cristianismo. Neste caso as "idéias" já não são meios auxiliares puramente *lógicos*, nem conceitos relativamente aos quais se *mede* a realidade de modo comparativo, mas antes são ideais a partir dos quais se *julga* a realidade, avaliando-a. Já *não* se trata aqui do processo puramente teórico da *relação* do empírico com determinados valores, mas sim de

juízos de valor adotados no "conceito" do cristianismo. Dado que o tipo ideal reivindica aqui uma validade empírica, penetra na região da interpretação avaliadora do cristianismo: abandona-se o campo da ciência experimental para se fazer uma profissão de fé pessoal, não uma construção conceitual típico-ideal.)

Por muito notável que seja esta diferença quanto aos princípios, confusão entre estas duas significações, fundamentalmente diferentes da noção de "idéia", dá-se com extraordinária freqüência no decorrer do trabalho histórico. Dá-se sempre que o historiador começa a desenvolver a sua própria "apreensão" de uma personalidade ou de uma época.

Contrariamente aos padrões éticos constantes que Schlosser estabeleceu segundo o espírito do racionalismo, o historiador moderno de espírito relativista, que por um lado se propõe "compreender por si própria" a época de que fala, e que por outro também quer "avaliá-la", sente a necessidade de obter os padrões dos seus juízos a partir da "própria matéria" do seu estudo. Isto é, deixa que a "idéia" no sentido de ideal nasça da "idéia" no sentido de "tipo ideal". E o atrativo estético desse procedimento constantemente o incita a esquecer a linha que separa ambas, donde esta situação intermediária que, por um lado, não pode reprimir o juízo de valor, e que por outro tende a declinar a responsabilidade dos seus juízos.

É necessário opor a tudo isto um *dever elementar do autocontrole científico*, único meio suscetível de evitar surpresas, que nos convida a realizar uma distinção estrita entre a relação que compara a realidade com tipos ideais em sentido lógico, e a apreciação avaliadora dessa realidade a partir de ideais. Devemos repetir mais uma vez que, no sentido que lhe damos, um "tipo ideal" é algo de completamente diferente da apreciação avaliadora, pois nada tem em comum com qualquer "perfeição", salvo com a de caráter puramente lógico. Existem tipos ideais tanto de bordéis como de religiões. E, entre os primeiros, tanto existem uns que, segundo a atual perspectiva da ética policial poderiam parecer tecnicamente "oportunos", como outros em que aconteceria o contrário.

Vemo-nos obrigados a passar por alto a discussão pormenorizada do caso que é, sob muitos aspectos, o mais complicado e interessante: a questão da estrutura lógica do conceito de Estado. A este respeito pretendemos apenas fazer notar que, quando perguntamos o que corresponde à noção de "Estado" na realidade empírica, deparamos com uma infinidade de ações e sujeições humanas difusas e discretas, de relações

reais e juridicamente ordenadas, singulares ou regularmente repetidas, e unificadas por uma idéia: a crença em normas que se encontram efetivamente em vigor ou que deveriam estar, assim como em determinadas relações de domínio do homem pelo homem. Esta crença é, parcialmente, uma posse espiritual desenvolvida em pensamento, em parte sentida confusamente e em parte aceita de modo passivo, e que se manifesta com os mais diferentes matizes nas mentes dos indivíduos. Se os homens chegassem a *conceber* com toda a clareza esta "idéia", não precisariam da "teoria geral do Estado", que se propõe esclarecê-la.

O conceito científico do Estado, qualquer que seja a forma pela qual se formule, constitui sempre uma síntese que nós realizamos para determinados fins do conhecimento. Mas, por outro lado, obtemo-lo também por abstração das obscuras sínteses que encontramos nas mentes dos homens históricos. Apesar de tudo, o conteúdo concreto que a noção histórica de "Estado" adota poderá ser apreendido com clareza mediante uma orientação segundo os conceitos de tipo ideal. E, além disso, não há a menor dúvida de que o modo como os contemporâneos realizam essas sínteses, de uma forma lógica sempre imperfeita, ou seja, as "idéias" que eles têm do Estado — por exemplo, a idéia "orgânica" de Estado da metafísica alemã em oposição à concepção "comercial" dos americanos — possui uma eminente significação prática. Por outras palavras, também aqui a idéia prática em cuja validade se crê, assim como o tipo ideal teórico construído para as necessidades da investigação, correm paralelos e mostram uma constante tendência para mutuamente se confundirem.

Mais acima, encaramos intencionalmente o "tipo ideal" como uma construção intelectual destinada à medição e à caracterização sistemática das relações individuais, isto é, significativas pela sua especificidade, tais como o cristianismo, o capitalismo etc. Isso se deu para eliminar a opinião corrente de que, no domínio dos fenômenos culturais, o típico abstrato é idêntico ao genérico abstrato. Esse não é o caso. Sem procurarmos analisar aqui logicamente o conceito de "típico", tão discutido e tão desacreditado pelo abuso que dele se faz, podemos já deduzir dos nossos estudos precedentes que a formação de conceitos de tipos no sentido da eliminação do "acidental" também, e sobretudo, tem lugar no estudo das individualidades históricas.

Como é natural, também aos conceitos genéricos que encontramos continuamente sob a forma de elementos constitutivos dos enunciados

históricos e dos conceitos históricos concretos podemos conferir a forma de tipo ideal com o auxílio da abstração e da acentuação de determinados dos seus elementos conceitualmente essenciais. Trata-se mesmo de um dos modos práticos mais frequentes e importantes de aplicar os conceitos de tipo ideal, pois cada tipo ideal *individual* é composto de *elementos* conceituais que têm um caráter genérico e foram elaborados à maneira de tipos ideais.

Também neste caso exhibe-se a função lógica específica dos conceitos de tipo ideal. O conceito de "troca", por exemplo, é um simples conceito genérico, no sentido de um complexo de características que são comuns a vários fenômenos, sempre que eu deixe de considerar a *significação* dos elementos conceituais, e portanto limitar-me a analisá-los nos termos da linguagem cotidiana. Se este conceito, contudo, é posto em relação com a "lei da utilidade marginal" e se forma o conceito da "troca econômica" à maneira de um processo econômico *racional*, este conceito — como *qualquer* outro integralmente elaborado de forma lógica — conterà um *juízo* sobre as *condições* "típicas" da troca. Assume então um caráter *genético* e converte-se em típico-ideal no sentido lógico; isto é, afasta-se da realidade empírica, que apenas se pode *comparar* e referir a ele. Algo de semelhante se pode dizer acerca de todos os supostos "conceitos fundamentais" da Economia Política: só é possível desenvolvê-los de forma *genética* enquanto tipos ideais.

A diferença entre conceitos genéricos simples, que apenas reúnem as características comuns a diversos fenômenos *empíricos*, e os *tipos ideais* genéricos, como, por exemplo, um conceito de tipo ideal da "essência" do artesanato naturalmente é fluida nos pormenores. Mas *nenhum* conceito genérico possui, enquanto tal, um caráter "típico", como também não existe um *tipo* "médio" puramente genérico. Sempre que falamos de grandezas "típicas" — como na Estatística, por exemplo — encontramos algo *mais* que um mero termo médio. Quanto mais se trata de *classificações* de processos que se manifestam na realidade de uma forma maciça, tanto mais se trata de conceitos *genéricos*. Pelo contrário, quanto mais se atribui uma forma conceitual aos elementos que constituem o fundamento da *significação cultural* específica das relações históricas complexas, tanto mais o conceito, ou o sistema de conceitos adquirirá o caráter de tipo *ideal*. Porque a finalidade da formação de conceitos de tipo ideal consiste sempre em tomar rigorosamente consciência *não* do que é genérico mas, muito pelo contrário, do que é *específico* a fenômenos culturais.

O fato de poderem ser utilizados os tipos ideais, incluídos os de caráter genérico, e de efetivamente o serem, apenas oferece um interesse *metodológico* relativamente a outra circunstância.

Até este momento, temo-nos principalmente ocupado com os tipos ideais no seu aspecto essencial de conceitos abstratos de relações, que concebemos como relações estáveis no fluxo do devir, como indivíduos históricos nos quais se processam desenvolvimentos. Mas apresenta-se-nos agora uma complicação que o preconceito naturalista, segundo o qual a meta das ciências sociais deverá ser a redução da realidade a "*leis*", introduz na nossa disciplina com grande facilidade, valendo-se do conceito de "típico". É que também é possível construir tipos ideais de *desenvolvimentos* e estas construções podem ter um valor heurístico muito considerável. No entanto, surge neste caso o perigo iminente de que se confundam o tipo ideal e a realidade.

Assim, por exemplo, pode chegar-se ao resultado teórico de que, numa sociedade organizada *rigorosamente* segundo normas "artesanais", a única fonte de acumulação de capital seria a renda da terra. A partir daqui poder-se-ia talvez construir — não cabe examinar agora a exatidão dessa construção — um quadro ideal puro da transformação da forma econômica artesanal na capitalista, com base apenas em determinados fatores simples, tais como a escassez do solo, o crescimento da população, a abundância de metais preciosos e a racionalização do modo de vida.

Para saber se o curso empírico do desenvolvimento foi efetivamente o mesmo que o construído, é necessário comprová-lo com o auxílio desta construção tomada como meio heurístico, procedendo-se a uma comparação entre o tipo ideal e os "fatos". Se o tipo ideal tiver sido construído de forma "correta" e o decurso efetivo *não* corresponder ao decurso de tipo ideal, teríamos a prova de que, em determinadas relações, a sociedade medieval *não* foi uma sociedade *estritamente* "artesanal". E no caso de o tipo ideal ter sido construído de modo heurísticamente "ideal" — não interessa saber aqui se e como no presente exemplo esse caso poderia dar-se — *então* orientaria a investigação para o caminho que conduz a um estudo mais profundo da natureza particular e da significação histórica dos elementos da sociedade medieval que *não* têm caráter artesanal. Se conduzir a esse resultado, terá cumprido o seu papel lógico, precisamente ao tornar manifesta a sua própria *irrealidade*. Constitui, nesse caso, a prova de uma hipótese. O processo não desperta qualquer objeção metodológica, *enquanto* se tiver presente que a *história* e a *construção* típico-ideal do desenvolvimento

devem ser rigorosamente diferenciadas, e que a construção apenas serviu como meio para realizar *metodicamente* a atribuição *válida* de um processo histórico às suas causas reais, entre as *possíveis* na situação dada do nosso conhecimento.

Tal como mostra a experiência, torna-se extremamente difícil manter com rigor essa diferença, e por uma circunstância precisa. No interesse da demonstração clara do tipo ideal ou do desenvolvimento de tipo ideal, ela deverá ser *ilustrada* mediante um material da realidade empírico-histórica. O perigo deste procedimento, legítimo em si, reside em que o saber histórico aparece como *servidor* da teoria, em vez de suceder o contrário. O teórico facilmente se vê tentado a considerar como normal esta relação, ou então, o que é pior ainda, a misturar a teoria e a História até ao ponto de as confundir. Esse perigo é ainda mais ameaçador quando se chega a combinar, dentro de uma classificação *genética*, a construção ideal de um desenvolvimento com a classificação conceitual de tipos ideais de determinadas configurações culturais (por exemplo, as formas da empresa industrial a partir da "economia doméstica fechada", ou ainda os conceitos religiosos a partir dos "deuses do momento"). A seqüência de tipos que resulta das características conceituais selecionadas corre o risco de ser tomada como uma sucessão histórica de tipos que obedecem à necessidade de uma lei. A ordem lógica dos conceitos, por um lado, e a distribuição empírica daquilo que é conceitualizado no espaço, no tempo e na conexão causal, por outro, aparecem então de tal modo ligados entre si, que quase chega a ser irresistível a tentação de violentar a realidade para consolidar a validade efetiva da construção na realidade.

Intencionalmente, deixou de ser demonstrada a nossa concepção no exemplo de longe o mais importante de construções de tipo ideal: o de *Marx*. E isto para não complicar a exposição com a introdução das interpretações de *Marx*, e também para não antecipar as futuras discussões da nossa revista, nas quais se submeterão a uma análise crítica das obras escritas sobre este grande pensador ou inspiradas nas suas doutrinas. Limitamo-nos a constatar aqui que *todas* as "leis" e construções do desenvolvimento histórico especificamente marxistas naturalmente possuem um caráter de tipo ideal, na medida em que sejam *teoricamente* corretas. Quem quer que tenha trabalhado com os conceitos marxistas, conhece a eminente e inigualável importância *heurística* destes tipos ideais, quando utilizados para os *comparar* com a realidade, mas conhece igualmente o seu perigo, logo que são apresentados como construções com validade empírica ou até mesmo como

tendências ou "forças ativas" reais (o que, na verdade, significa metafísicas)

Conceitos genéricos; tipo ideal; conceitos genéricos de estrutura típico-ideais; ideais no sentido de combinações de pensamentos que influem empiricamente nos homens históricos; tipos ideais dessas idéias; ideais que dominam os homens; tipos ideais desses ideais; ideais a que o historiador refere a História; construções *teóricas* com utilização *ilustrativa* do empírico; investigação *histórica* com utilização de conceitos teóricos como casos-limite ideais, e enfim as mais diversas complicações possíveis, que apenas pudemos aqui assinalar: tudo isso são construções ideais cuja relação com a realidade empírica do imediatamente dado é, em cada caso particular, problemática. Esta breve lista demonstra já o constante entrelaçar dos problemas metodológicos e conceituais que continuamente revivem no campo das ciências da cultura. E dado que nos limitamos aqui a *referir* os problemas, vimo-nos obrigados a renunciar ao aprofundamento das questões da metodologia e a discutir em pormenor as relações entre o conhecimento de tipo ideal e o obtido por "leis", entre os conceitos de tipo ideal e os conceitos coletivos, etc.

Após todas estas discussões, o historiador continuará no entanto a insistir em que a preponderância da forma típico-ideal na formação e construção dos conceitos não é mais que um sintoma específico da juventude de uma disciplina científica. E em certa medida, devemos dar-lhe razão, embora com conseqüências muito diferentes das que ele deduzirá.

Tomemos alguns exemplos de outras disciplinas. Não há dúvida de que tanto o atormentado aluno de curso elementar como o filólogo primitivo imaginam em princípio que uma língua é algo de "orgânico", isto é, uma *totalidade* supra-empírica e regida por normas atribuindo à ciência a tarefa que consiste em estabelecer o que *deve* ter validade como normas lingüísticas. A primeira tarefa, a que geralmente se lança qualquer "filologia", é a de elaborar de forma lógica a "língua" escrita, tal como por exemplo o fez a *Accademia della Crusca*, reduzindo o seu conteúdo a determinadas *regras*. E se, face a isto, um dos principais filólogos da atualidade proclama que o objeto da Filologia é a "*fala de cada indivíduo*", a instituição de um tal programa apenas parece possível depois de existir já, na linguagem escrita, um tipo ideal relativamente fixo, com o qual a análise possa trabalhar ainda que implicitamente, no interior da infinita diversidade da *fala*, sem o que se encontraria completamente desprovida de qualquer direção e delimitação.

Este mesmo papel foi representado pelas construções das teorias do Estado com base no Direito natural e na concepção organicista, ou ainda para evocarmos um tipo ideal na *nossa* aceção, pela teoria do Estado-antigo segundo Benjamin Constant. São, por assim dizer, portos de abrigo à espera de que se consiga uma orientação no mar imenso dos fatos empíricos. Na verdade, a ciência amadurecida significa sempre uma *superação* de tipo ideal, enquanto se lhe atribui uma *validade* empírica ou o valor de um conceito *genérico*. Ora, hoje em dia, não só se torna completamente legítima a utilização da brilhante construção de Constant para demonstrar determinados aspectos e particularidades históricas da vida política antiga, na condição de se manter cuidadosamente o seu caráter de tipo ideal, como ainda, e principalmente, existem ciências dotadas de eterna juventude. É o caso, por exemplo, de todas as *disciplinas históricas*, de todas aquelas para as quais o *fluxo* constantemente progressivo da cultura continuamente suscita novos problemas. Na essência da sua tarefa está o caráter transitório de *todas* as construções típico-ideais, *mas*, também, no serem inevitáveis construções típico-ideais sempre *novas*.

Continuamente se repetem as tentativas para determinar o sentido "autêntico" e "verdadeiro" dos conceitos históricos, sem jamais alcançarem o seu fim. É por isso normal que as sínteses com que a História constantemente trabalha não sejam mais que conceitos determinados relativamente, ou ainda que, logo que se exige ao conteúdo conceitual um caráter unívoco, se trate de tipos ideais abstratos. *Neste último caso*, o conceito revela um ponto de vista teórico e portanto "unilateral", que, embora esclareça a realidade, demonstra ser impróprio para se tornar um esquema no qual essa realidade pudesse ficar completamente *incluída*. Porque nenhum desses sistemas de pensamento que são imprescindíveis para a compreensão dos elementos significativos da realidade pode esgotar a sua infinita riqueza. Todos estes sistemas não passam de tentativas para conferir uma ordem ao caos dos fatos que incluímos no âmbito do nosso *interesse*, e que são realizadas com base no estado atual dos nossos conhecimentos e nas estruturas conceituais de que dispomos.]

O aparelho intelectual que se desenvolveu no passado mediante uma elaboração reflexiva ou, a rigor, mediante uma *transformação* reflexiva da realidade imediatamente dada, e ainda através da sua integração nos conceitos que correspondiam ao estado do conhecimento e à orientação assumida pelos interesses, encontra-se em contínuo confronto com tudo o que podemos e *queremos* adquirir quanto a conhecimento novo da

realidade! É nessa luta que se realiza o progresso do trabalho científico no domínio cultural. O seu resultado é um constante processo de transformação dos conceitos através dos quais tentamos apreender a realidade.

Por conseguinte, a história das ciências da vida social é e continuará a ser uma alternância constante entre a tentativa de ordenar teoricamente os fatos mediante uma construção de conceitos, a decomposição dos quadros mentais assim obtidos, devido a uma ampliação e deslocamento do horizonte científico, e a construção de novos conceitos sobre a base assim modificada. Nisto de modo algum se expressa o caráter errôneo da intenção de criar *em geral* sistemas conceituais, pois qualquer ciência — mesmo a simples história descritiva — trabalha o repertório conceitual da sua época. *Antes se exprime aqui o fato de que, nas ciências da cultura humana, a construção de conceitos depende do modo de propor os problemas, e de que este último varia de acordo com o conteúdo da cultura]*

A relação entre o conceito e o concebido comporta, nas ciências da cultura, o caráter transitório de qualquer destas sínteses. No campo da nossa ciência, grandes tentativas de construções conceituais deviam o seu valor precisamente ao fato de porem a descoberto os *limites* da significação do ponto de vista que lhes servia de alicerce. Os maiores progressos no campo das ciências sociais estão ligados *substantivamente* ao deslocamento dos problemas práticos da civilização, e assumem a *forma* de uma crítica da construção dos conceitos: Uma das principais tarefas da nossa revista consistirá, pois, em servir às finalidades da citada crítica e, por conseguinte, ao exame dos *princípios da síntese* no campo das ciências sociais.

Se deduzirmos as conseqüências do que fica dito, chegaremos a um ponto em que as nossas opiniões talvez se diferenciem, num ou noutro aspecto, das opiniões de muitos representantes eminentes da escola histórica à qual também pertencemos. *Pois estes últimos persistem, quer de forma expressa quer implícita, na opinião de que a finalidade e alvo último de qualquer ciência consiste em ordenar toda a sua matéria de estudo num sistema de conceitos, cujo conteúdo deveria ser estabelecido e progressivamente aperfeiçoado mediante a observação de regularidades empíricas, a construção de hipóteses e a verificação das mesmas, até que um dia daqui nascesse uma ciência "perfeita" e, conseqüentemente, dedutiva. Para isso o trabalho histórico e indutivo contemporâneo constituiria apenas uma tarefa preliminar, condicionada pela imperfei-*

ção da nossa disciplina. Segundo o ponto de vista desta concepção, nada poderia pois existir de mais grave que a construção e aplicação de conceitos rigorosos que pudessem vir a antecipar de forma prematura essa meta a ser atingida apenas num futuro longínquo.

Esta concepção seria em princípio incontestável no campo da teoria do conhecimento antigo e escolástico, que perdura, profundamente viva, na massa de trabalhadores especializados da escola histórica, cujo pressuposto é que os conceitos são cópias representativas da realidade "objetiva"; daí a constante alusão à *irrealidade* de todos os conceitos rigorosos. Para aquele que desenvolve até às suas últimas conseqüências a idéia fundamental da moderna teoria do conhecimento, baseada em Kant, segundo a qual os conceitos são e apenas podem ser meios intelectuais para o domínio espiritual do empiricamente dado, a circunstância de que os conceitos genéticos rigorosos são tipos ideais não constitui uma razão para que se oponha à sua construção. Para ele, dever-se-ia inverter a relação entre conceito e trabalho historiográfico: essa meta final acima citada parece-lhe logicamente impossível e os conceitos não são a meta, mas meios para o conhecimento das relações significativas sob pontos de vista individuais. Precisamente porque o conteúdo dos conceitos históricos é variável, é preciso formulá-los de cada vez com maior precisão. Ele exigirá apenas que, ao utilizar tais conceitos, se mantenha cuidadosamente o seu caráter de tipo ideal, e que não se confunda o tipo ideal e a História. Dado que, devido à inevitável variação das idéias de valor básicas, não há conceitos históricos verdadeiramente definitivos suscetíveis de serem considerados como fim último geral, ele admitirá que, precisamente por se formarem conceitos rigorosos e unívocos para o ponto de vista *singular* que orienta o trabalho, será possível dar-se conta claramente dos limites da sua validade.

Não deixaremos de dar a entender, e aliás já o admitimos, que, num caso particular, é possível que o desenvolvimento de uma relação histórica concreta possa ser exposto com clareza sem relacioná-lo constantemente com conceitos definidos. E, conseqüentemente, poder-se-ia reivindicar para o historiador da nossa disciplina o mesmo direito concedido ao historiador político, isto é, "falar a linguagem da vida". Decerto. Mas quanto a isso cabe dizer que, neste procedimento, é em *grande* escala acidental, que o ponto de vista segundo o qual o evento tratado ganha significação torne-se claramente consciente. Regra geral, não nos encontramos na favorável situação do historiador político, para o qual os conteúdos culturais a que se refere a sua descrição são habitualmente unívocos, ou pelo menos parecem sê-lo. Qualquer descrição

meramente intuitiva faz-se acompanhar do fenômeno particular da importância assumida pelo enunciado *estético*: "Cada um vê o que tem no coração". [Os juízos válidos pressupõem sempre, pelo contrário, a elaboração *lógica* do intuitivo, isto é, a utilização de *conceitos*.] E embora se torne possível, e muitas vezes agradável sob o ponto de vista estético, conservá-los *in petto*, há no entanto o perigo de se comprometer a segurança da orientação do leitor, e freqüentemente do próprio escritor, quanto ao conteúdo e alcance dos seus juízos.

[Mas a omissão da construção de conceitos rigorosos pode chegar ao ponto de ser extremamente perigosa] no caso das discussões práticas de política econômica e social. Assim, um leigo não poderia imaginar a confusão que suscita, por exemplo, o emprego do termo "*valor*", tormento da Economia Política, ao qual apenas se poderá conferir um sentido unívoco através do tipo ideal; ou então a confusão suscitada por expressões como "produtivo", "sob o ponto de vista econômico" etc., que não resistem a uma análise conceitualmente clara. [São sobretudo os conceitos *coletivos*, tomados à linguagem cotidiana, os que provocam mais danos]

Tome-se pois, a título de exemplo, o conceito de "agricultura", tal como aparece na expressão "os interesses agrários". Consideremos em primeiro lugar estes "interesses agrários" como representações *subjetivas* mais ou menos claras e verificáveis empiricamente que os diferentes agentes econômicos individuais têm dos seus interesses, sem levar em conta os inúmeros conflitos de interesses dos agricultores, quer se dediquem à criação de animais, à engorda de gado, ou à cultura do trigo, à sua transformação em forragem ou à sua destilação. Qualquer especialista, e até talvez os leigos conhecem o monumental entrelaçar de relações de valor opostas e contraditórias que a citada expressão pode representar. Queremos apenas expor alguns: os interesses dos agricultores que desejam vender as suas terras, pelo que apenas lhes interessa uma rápida elevação do preço dos terrenos; o interesse diametralmente oposto daqueles que querem comprar terras, aumentá-las ou tomá-las por arrendamento; o interesse dos que estão empenhados em conservar uma propriedade para obterem vantagens sociais para os seus descendentes, pelo que estão interessados numa estabilização da propriedade; o interesse contrário desses outros que, com vistas a si próprios ou a seus filhos, desejam uma redistribuição das terras em benefício do que melhor as explora ou — o que não é o mesmo — do comprador mais sólido em capitais; o interesse puramente econômico que o "explorador mais eficaz", no sentido da economia privada, encontra na liberdade

econômica da troca de propriedades; o interesse oposto de certas camadas dominantes da sociedade em conservar a posição social política tradicional do seu "estamento" e dos seus descendentes; o interesse social das camadas sociais *não* dominantes pela supressão dessas camadas elevadas, que para elas significam uma opressão; o interesse, por vezes oposto, de considerar que, nos estratos superiores, há dirigentes políticos capazes de protegerem os interesses das classes inferiores. Poderíamos prolongar indefinidamente a lista, embora tenhamos procedido de modo muito impreciso e sumário. Passaremos também por alto que os interesses sobretudo "egoístas" deste tipo estão, ocasionalmente, misturados com os mais diversos valores puramente ideais, que podem desviá-los ou reprimi-los.

Recordaremos principalmente que, sempre que falamos dos "interesses agrários", via de regra pensamos *não só* nesses valores materiais e ideais a que os agricultores referem os seus "interesses", como ainda pensamos nas idéias de valor, em parte totalmente heterogêneas, às quais *nós próprios* referimos a agricultura. Assim, por exemplo, os interesses da produção, que tanto decorrem do interesse em proporcionar à população produtos baratos, como do interesse, nem sempre coincidente, em lhe fornecer produtos de qualidade. Neste ponto, os interesses urbanos podem apresentar as mais variadas divergências em relação aos interesses agrários, assim como os interesses presentes podem colidir com os interesses prováveis das gerações vindouras. Há ainda os interesses demográficos, como o de um país em possuir uma população rural *numerosa*, quer derive dos "interesses de Estado", por razões de política externa ou interna, quer de outros interesses ideais muito diferentes, como por exemplo o que se espera da influência de uma numerosa população rural sobre as peculiaridades culturais de um país. Esse interesse demográfico pode por sua vez colidir com os mais variados interesses da economia privada de todos os setores da população rural de um país e talvez mesmo com todos os interesses presentes da população em bloco. Podemos considerar ainda o interesse por determinado tipo de estrutura social da população rural, devido à natureza das influências políticas ou culturais que daí derivam. Este último é capaz de colidir, segundo a sua óptica, com todos os interesses imagináveis, presentes e futuros, tanto dos agricultores como do Estado.

Mas o que vem ainda complicar mais a questão é que o "Estado", a cujo "interesse" referimos com tanta facilidade os interesses particulares deste tipo, é para nós apenas uma expressão que envolve um enredamento obscuro de idéias de valor, às quais o reportamos nos

casos particulares. Tais idéias de valor podem ser: a pura segurança militar relativamente ao exterior; a manutenção do predomínio de uma dinastia ou de determinadas classes no interior; o interesse pela manutenção e fortalecimento da unidade formal do Estado, quer seja por ele próprio quer para conservar determinados valores culturais objetivos e diferenciados entre si, que nós acreditamos que devemos defender na nossa qualidade de povo unificado no seio de um Estado; ou a transformação do caráter social do Estado no sentido de determinados ideais culturais, por sua vez muito variados. Enfim, mesmo a mera enumeração de tudo quanto está envolvido na expressão "interesses do Estado", à qual podemos referir a agricultura, nos levaria demasiado longe.

Tanto o exemplo escolhido como a nossa análise sumária são toscos e simples. Por isso convido o leigo a analisar de modo semelhante (e com mais profundidade) o conceito de "interesses da classe operária", para que veja por si próprio que emaranhado contraditório essa expressão encerra, por se compor de interesses e ideais da classe operária, e em parte também de interesses a partir dos quais nós próprios consideramos os trabalhadores. Torna-se impossível superar os *slogans* suscitados pela luta de interesses, mediante uma acentuação puramente empírica do seu caráter "relativo". O único caminho que nos permite superar a vacuidade retórica é o da determinação clara, rigorosa e conceitual dos diferentes pontos de vista *possíveis*.

O argumento da "livre troca" como *concepção do mundo* ou como *norma* empiricamente válida é ridículo. Contudo, seja qual for a natureza dos ideais que cada indivíduo se propõe defender, o fato de haver subestimado o valor heurístico da velha sabedoria dos maiores comerciantes do mundo, expressas nessas fórmulas típico-ideais, causou grandes prejuízos aos nossos estudos sobre a política comercial. *Só* mediante fórmulas conceituais típico-ideais é que se chega a compreender realmente a natureza particular dos pontos de vista que interessam no caso particular, graças a um *confronto* entre o empírico e o tipo ideal. *A utilização de conceitos coletivos não diferenciados, com os* quais trabalha a linguagem quotidiana, oculta sempre confusões do pensamento ou da vontade, muitas vezes é o instrumento de perigosas ilusões, e sempre é um meio de inibir o desenvolvimento do enunciado correto dos problemas.

Chegamos ao final da nossa discussão, que teve como único propósito o de destacar a linha quase imperceptível que separa a Ciência da crença, e o de pôr a descoberto o *sentido* do esforço do conhecimento sócio-econômico. *A validade objetiva* de todo o saber empírico

baseia-se única e exclusivamente na ordenação da realidade dada segundo categorias que são *subjetivas* no sentido específico de representarem o *pressuposto* do nosso conhecimento e de se ligarem ao pressuposto de que é *valiosa* aquela verdade que só o conhecimento empírico nos pode proporcionar.

Com os meios da nossa ciência, nada poderemos oferecer àquele que considere que essa verdade não tem valor, dado que a crença no valor da verdade científica é produto de determinadas culturas, e não um dado da natureza. Mas o certo é que buscará em vão outra verdade que substitua a Ciência naquilo que somente *ela* pode fornecer, isto é, conceitos e juízos que não constituem a realidade empírica nem podem reproduzi-la, mas que permitem ordená-la pelo pensamento de modo válido.

Já vimos que, no campo das ciências sociais empíricas da cultura, a possibilidade de um conhecimento dotado de sentido daquilo que, para nós, é essencial na infinita riqueza do devir, liga-se à utilização ininterrupta de pontos de vista de caráter especificamente particular que, em última instância, são orientados por idéias de valor. Estas, por seu lado, podem ser comprovadas e vividas empiricamente como elementos de qualquer ação humana significativa, mas o fundamento da sua validade *não deriva* da própria matéria empírica.

A "objetividade" do conhecimento no campo das ciências sociais depende antes do fato de o empiricamente dado estar constantemente orientado por idéias de valor que são as únicas a conferir-lhe *valor* de conhecimento, e ainda que a significação desta objetividade apenas se compreenda a partir de tais idéias de valor, não se trata de converter isso em pedestal de uma prova empiricamente impossível da sua validade. E a *crença* — que todos nós alimentamos sob uma forma ou outra — na validade supra-empírica de idéias de valor últimas e supremas, em que fundamentamos o sentido da nossa existência, não exclui, antes pelo contrário inclui, a variabilidade incessante dos pontos de vista concretos a partir dos quais a realidade empírica adquire significado. A realidade irracional da vida e o seu conteúdo de significações *possíveis* são inesgotáveis, e também a configuração *concreta* das relações valorativas mantém-se flutuante, submetida às variações do obscuro futuro da cultura humana. A luz propagada por essas idéias de valor supremas ilumina, de cada vez, uma parte finita e continuamente modificada do caótico curso de eventos que flui através do tempo.

É preciso não darmos a tudo isso uma falsa interpretação no sentido de considerarmos que a autêntica tarefa das ciências sociais consiste

numa perpétua caça a novos pontos de vista e construções conceituais. Pelo contrário, convém insistir mais do que nunca sobre o seguinte: servir o conhecimento da *significação cultural de complexos históricos e concretos* constitui o único fim último e exclusivo ao qual, juntamente com outros meios, está também dedicado o trabalho da construção e crítica de conceitos.

Utilizando os termos de F. Th. Vischer, concluiremos que, na nossa disciplina, também existem cientistas que "cultivam a matéria" e outros que "cultivam o espírito". O apetite dos primeiros, ávido de fatos, apenas se sacia com massas de documentos, com tabelas estatísticas e sondagens, mas revela-se insensível aos manjares delicados da idéia nova. O requinte gustativo dos segundos chega a perder o gosto pelos fatos através de constantes destilações de novos pensamentos. O virtuosismo legítimo que, entre os historiadores, Ranke \* possuía em tão elevado grau, costuma manifestar-se precisamente pelo poder de criar algo de novo através da referência de certos fatos *conhecidos* a determinados pontos de vista, igualmente *conhecidos*.

Numa época de especialização, qualquer trabalho nas ciências da cultura, após ter-se orientado para determinada matéria através do seu modo determinado de colocar os problemas, e uma vez adquiridos os seus princípios metodológicos, verá na elaboração dessa matéria um fim em si próprio, sem controlar continuamente e de forma consciente o valor cognitivo dos fatos isolados pela sua referência às idéias de valor últimas e mesmo sem tomar consciência da sua ligação com essas idéias de valor. E é bom que assim seja. Mas um dia torna-se incerto o significado dos pontos de vista adotados irrefletidamente, o caminho perde-se no crepúsculo. A luz dos grandes problemas culturais deslocou-se para mais além. Então a Ciência prepara-se também para mudar o seu cenário e o seu aparelho conceitual, e fitar o fluxo do devir das alturas do pensamento. Ela segue a rota dos astros que unicamente podem dar sentido e rumo ao seu trabalho [como o *Fausto*, de Goethe]:

"...desperta o novo impulso./ Lanço-me para sorver sua luz eterna./ Diante de mim o dia e atrás a noite./ Acima de mim o céu, abaixo as ondas"/.

\* Ranke. Org. por Sérgio Buarque de Holanda, v. 8 desta coleção. (N. da Ed.)